

2 A VIDA E OBRA DE AGOSTINHO

Neste capítulo apresentar-se-á: as raízes familiares e o ambiente em que viveu e cresceu Aurelius Augustinus, as primeiras influências de sua existência; os primórdios de seu itinerário intelectual e religioso; a conversão ao cristianismo e seus desdobramentos; as razões que motivaram Agostinho a escrever a Cidade de Deus. Esta obra, apresenta a conotação da paz na cidade celeste e na terrestre; a paz justa e a injusta; o conceito de guerra justa e as suas condições; como a paz é abordada em algumas obras de Agostinho.

2.1 Ambiente familiar

2.1.1 A família e a formação

Alguns biógrafos de Agostinho, como Agostino Trapé e Hamman, são unânimes em dizer que o ambiente, em que ele nasceu e viveu, foi profundamente marcado pelo contraste religioso: de um lado, a marcante influência de sua mãe, Mônica, que tinha uma piedade personificada por uma grande fé e confiança absoluta em Deus e, por outro lado, a presença do pai, Patrício, homem rude, de caráter firme e violento, pagão, com costumes depravados, portanto, contrários à fé cristã de sua companheira. Foi, neste contexto, que nosso futuro Doutor da Graça viveu os primórdios de sua existência terrena. A mãe desejava e antevia, pela fé, que seu filho seria um cristão convicto e temente a Deus. O pai talvez nutrisse o sonho de ver o filho ocupando nobre posto no governo do Império Romano e levando uma vida de prazeres e aventuras vaidosas. Sabemos, porém, pela história, que o batismo e o desejo alimentado e gerido na oração silenciosa de Mônica acabaram vencendo, pois ambos, pai e filho, seriam mergulhados, um dia,

nas águas regeneradoras do batismo. E, em Agostinho, a fonte batismal culmina com a graça do sacerdócio e, mais tarde, do episcopado.

Aurelius Augustinus nasceu em Tagaste, província romana da Numídia, na África romanizada atual Souk-Ahroz, na Argélia, norte da África em 13 de novembro de 354. Agostinho teve dois irmãos: Navígio, que se converteu juntamente com ele, e Perpétua, que, depois de enviudar, tornou-se religiosa, chegando a ocupar a função de superiora em um convento agostiniano em Hipona¹²⁰.

Uma das grandes influências na vida do Santo de Hipona foi, certamente, a pessoa de sua mãe, mulher de personalidade forte e, ao mesmo tempo, suave no trato com as pessoas, Mônica foi uma verdadeira cristã, que vivia sua fé com humildade e grande firmeza. Agostinho enaltece as virtudes humanas e religiosas de sua mãe, agradecendo a Deus a graça extraordinária que lhe havia sido concedida por ser filho de tão exemplar mulher¹²¹.

Mônica deu provas das suas virtudes cristãs já como filha, na submissão a seus pais, a quem, pela fé, aprendeu a amar e respeitar devotamente. Aliás, estes lhe haviam instruído, desde cedo, nos caminhos do Senhor. Como esposa, teve um vasto campo para exercitar as máximas da tolerância e da caridade fraterna¹²². De fato, embora não compartilhasse com a mentalidade pagã da qual seu esposo era influenciado, ela conseguia, com paciência e suavidade, manter o clima de sua casa em perfeita serenidade¹²³. Vivia convicta de que o amor e a misericórdia de Deus converteriam Patrício e o libertariam de todos os seus vícios.

Um outro traço da personalidade de Mônica, ao qual Agostinho faz referencia, era sua capacidade de desfazer discórdias, colaborando para a realização da paz entre as pessoas. Mônica era uma exímia reconciliadora. Pela serenidade com que vivia sua adesão aos preceitos do Evangelho, ela atraiu várias pessoas à fé. Sobre este aspecto, Agostinho declara:

120.Cf. RUBIO, Pedro. Toma e Iê: Síntese agostiniana, São Paulo, Edições Loyola, 1995, p. 392.

121. Cf. Conf.,IX,21.

122. Cf. TRAPE, Agostino. Agostino, l'uomo, Il pastore, Il mistico, Roma, Città Nuova,1989, p.29

123. Cf. Conf., IX,9.

“Assim era minha mãe, graças às lições que tu, seu mestre espiritual, lhe ensinaste. E ao final, nos últimos anos de vida do marido, ela o conquistou para ti. Depois da conversão deste, ela não precisou mais lamentar os ultrajes que antes sofria. Minha mãe era a serva de todos os teus servos. Todos os que a conheciam louvavam, honravam e amavam profundamente a ti, por nela sentirem a tua presença, comprovada pelos frutos de uma vida santa”¹²⁴.

Embora não contasse com o beneplácito religioso de Patrício, Mônica jamais deixou de instruir seus filhos no caminho da fé¹²⁵. Realmente, mesmo não tendo recebido o batismo no início de sua juventude, como se lamenta Agostinho nas Confissões, sua mãe havia lhe exposto alguns princípios do cristianismo¹²⁶. A fé inquebrantável, que Mônica depositara em Deus, não a deixava, nem sequer por um momento. Ela acreditava que, um dia, veria a conversão de sua família. E a Providência Divina não deixou de confirmar essa confiança através de sinais¹²⁷.

De sua mãe, o Africano herdou um apaixonado desejo de conhecer e abraçar a verdade. E, uma vez alcançada essa meta, permaneceu fiel, passando a refutar as falsas correntes filosóficas, às quais esteve ligado. Quando Agostinho entrou na seita dos maniqueus, o amor à verdade, que Mônica havia encontrado no cristianismo, estava de tal modo arraigado na sua mente e no seu coração que suplantava até os afetos maternos, não permitindo a entrada do filho em casa, por causa da sua persistência nos erros da filosofia maniquéia. Após a conversão, Agostinho, tendo o caráter resoluto da mãe e seu amor acurado à verdade, tornou-se um defensor intrépido do cristianismo em face às heresias de seu tempo. Arauto da verdade, implacável inimigo dos erros e doutrinas enganadoras.

Patrício, seu pai, não exerceu tanta influência na personalidade de Agostinho, como o fez Mônica. Do pai, por certo, aprenderá alguns costumes pagãos e a ambição por galgar um posto de destaque na sociedade da época. De condição social modesta, Patrício esforçou-se por garantir ao filho uma boa formação intelectual, para que tivesse um futuro brilhante. Para este fim, o pai de

124. Ibidem.

125. Ibidem.I,11.

126. TRAPÉ, Agostino, op. cit., pp.28-30: Agostino Trapé afirma que existem divergências entre os biógrafos de Agostinho, quanto aos motivos que levaram Mônica a retardar o batismo do filho: provável resistência de Patrício ou de seguir o costume da igreja de Tagaste, onde, por vezes, o batismo era administrado na idade adulta.

127.Conf. III,12:“Vai e viva em paz, é impossível que possa perecer um filho de tantas lágrimas”. Palavras que Mônica ouvira de Ambrósio, bispo de Milão, quando lhe relatou sua angústia pelo estado de miséria moral e espiritual em que se encontrava Agostinho, entre as fileiras dos maniqueus. Outro sinal foi o sonho misterioso, durante o qual um mensageiro de Deus assegurava à Mônica, o retorno do filho a sua companhia e sua futura conversão.

Agostinho contou com a colaboração de seu amigo Romaniano, que possuía bens em abundância, cobrindo as despesas que Patrício não tinha condições de assumir. Agostinho, por ser o primogênito, teve o privilégio de desenvolver-se intelectualmente, mas seus irmãos não tiveram a mesma oportunidade, devido às dificuldades financeiras da família, pelas despesas oriundas da educação de Agostinho¹²⁸. Patrício, apesar de suas fraquezas de caráter e da rudeza de temperamento, teve o mérito de ter oferecido ao filho a possibilidade de adentrar na vida acadêmica, descortinando, para este, os caminhos do saber, que lhe conferiram o prestígio da cultura greco-romana, que marcou sua personalidade, deixando rastros de uma inteligência iluminada no horizonte do pensamento ocidental, que, apesar do tempo transcorrido, permanecem indelévels até hoje. Agostinho faz uma sentida menção a seu pai, dedicando-lhe palavras de afeto e agradecimento pela cultura que o mesmo lhe proporcionou:

“Todos elogiavam muito meu pai, que gastava mais do que lhe permitia o patrimônio familiar, nas despesas necessárias para a permanência de seu filho longe de casa por motivo de estudo. Muitos outros cidadãos, bem mais ricos que ele, não se interessavam do mesmo modo pelos filhos”¹²⁹.

O Ilustre Africano se expressava em púnico ou cartaginês, língua de sua terra. Dominava, perfeitamente, o latim, implantado pelos romanos¹³⁰. Embora gostasse das poesias da mitologia grega, o Filho de Mônica não dominava bem o grego:

“Mas qual era a causa da aversão que tinha à língua grega que me ensinaram quando criança? É o que ainda hoje não sei explicar. É verdade que outrora, quando criancinha, também, não sabia nenhuma palavra latina e, contudo, instruí-me sem a pressão correcional dos instigadores, impelido só pelo meu coração desejoso de dar à luz os seus sentimentos”¹³¹.

Quando Agostinho tinha cerca de onze anos, foi mandado para Madaura, uma cidade cerca de trinta quilômetros de Tagaste, que era um centro intelectual.

128. Cf. TRAPÉ, Agostino, op. cit., p. 20-21.

129. Conf., II,3,5

130. HAMMAN, A. op. cit., p.10: A conquista romana transformou a região. Roma dividiu a África, no séc. IV, em sete províncias: da Líbia à Mauritânia, de Cartago à Cesaréia. Uma parte da população falava o latim, mas as pessoas do campo falavam o púnico.

131. Conf., I,13.

No programa dos estudos, constavam os seguintes autores: Terêncio, Plauto, Sêneca, Salústio, Horácio, Cícero, entre outros. Esses estudos, seguindo o costume da época, eram realizados, visando quatro aspectos: lectio (leitura à voz alta com ensino de dicção), enarratio (explicação dos textos), emendatio (análise gramatical e literária), judicium (estudo de conjunto). Ao mesmo tempo, estudava-se o grego¹³².

Mesmo que dotado de uma inteligência privilegiada, o Filho de Patrício deixou-se envolver, desde cedo, pela sedução dos prazeres e jogos, atrasando, de certa forma, sua ascensão intelectual. Somente em fins de 370 d.C., com 16 anos, ele partiu para Cartago a fim de fazer estudos superiores, graças à ajuda de um bem-feitor amigo da família, o mecenas Romaniano. Neste período, Santo Agostinho viveu, do ponto de vista moral, uma das fases mais críticas, entregando-se completamente aos vícios e paixões desordenadas, como ele mesmo irá declarar mais tarde:

“Vim para Cartago. De todos os lados ferviam criminosos amores. Ainda não amava e já gostava de amar impelido por uma necessidade secreta, enraivecia-me contra mim mesmo por não me sentir mais faminto de amor (...). Era para mim mais doce amar e ser amado se podia gozar do corpo da pessoa amada. Deste modo, manchava com torpe concupiscência aquela fonte de amizade. Embaciava a sua pureza com o fumo infernal da luxúria”¹³³.

Mas, apesar desta miséria moral em que estava mergulhado, Agostinho dedicava-se também aos estudos e fazia planos de formar-se em Direito, devido a sua facilidade de argumentação e de retórica. Foi durante sua estada em Cartago, que conheceu e leu a obra Hortensius de Cícero. A leitura deste livro despertou em Agostinho a paixão pela filosofia. Desde então, ele se voltou para a busca da verdadeira sabedoria que só encontrou muito mais tarde, quando abraçou definitivamente o cristianismo. O contato com a obra de Cícero o impressionou pelo estilo literário. Mas, para sua frustração, não mencionava uma única vez o nome de Cristo, único capaz de proporcionar autêntica felicidade para o ser humano, como ele dirá vários anos mais tarde, depois de sua conversão: “(...)

132.Cf. ROCHA, H. M. Pelos caminhos de Santo Agostinho, São Paulo, Edições Loyola, 1989, p. 19.

133. Conf.,III,1.

verdadeira felicidade está em Deus, isto é, só é verdadeiramente feliz quem possui a Deus”¹³⁴. Santo Agostinho desejava, nesta época, resolver o problema da felicidade humana, que consistia em saber como alcançá-la. Isso foi solucionado, quando abriu o seu coração e a sua inteligência a Deus. Contudo, para chegar a esta conclusão, Agostinho percorre um longo caminho até se debruçar sobre a Bíblia, como ele mesmo declara: “Determinei dedicar-me ao estudo da Sagrada Escritura, para conhecer (...). A sua simplicidade repugnava ao orgulho, e a luz da minha inteligência não lhe penetrava no íntimo”¹³⁵.

2.1.2 A Conversão de Agostinho

Para compreender o alcance da conversão de Agostinho é necessário deter-se sobre o próprio significado da expressão “conversão”. De fato, a conversão de Agostinho representou, não só uma mudança de comportamento, mas uma revolução de todo seu pensamento, que foi precedida por várias etapas¹³⁶. Assim, como assegura José Oroz Reta¹³⁷, é correto afirmar que, na vida de Agostinho, ocorreram diversas conversões.

Quando Agostinho se deu conta de que os prazeres e as paixões carnis não podiam saciar, definitivamente, a sua sede de felicidade, ele intensificou seus estudos e, neste ínterim, fez algumas leituras que, paulatinamente, o introduziram no caminho da conversão. O contato com Hortensius, de Cícero, representou um despertar para a caducidade das vaidades e glórias humanas, às quais Agostinho estava profundamente ligado. Nessa obra, Cícero exalta o valor da filosofia como única via de acesso à felicidade, pois incita os homens a desprezarem as vaidades e satisfações mundanas, e atirarem-se ao cultivo das virtudes. A eloquência da

134. De Beata Vita II,11.

135. Conf., III,5.

136. Cf. BESCHIN, Giuseppe, S. Agostinho: Il Significato dell'amore, Roma, Città Nuova, 1983, pp.51-52: Com efeito, alguns autores como Giuseppe Beschin sustenta que a conversão de Agostinho tem um tríplice significado, ontológico, intelectual e moral. Antes de tudo ele precisou orientar todo seu ser para Deus, depois reconhecer que somente à luz de Deus a inteligência humana consegue atingir seu potencial. Por fim, descobre que a soberba é a raiz do pecado.

137. Cf. OROZ RETA, José. Trés Lecturas y una Conversión. In: AUGUSTINUS, V. XXXVII, n.146/147, Ener-Dic, 1992, p.245-272.

retórica de Cícero elevou o espírito de Agostinho na busca da sabedoria, única capaz de conduzir os homens à imortalidade. Para chegar a este estado de perfeição, eram necessários: a investigação intelectual, a orientação moral e o empenho ascético. Porém, Agostinho ansiava por algo maior, que ultrapassasse os discursos e palavras. Ele nutria o desejo de experimentar a plenitude da sabedoria:

“Como eu ardia, ó meu Deus, em desejos de voar para ti, abandonando as coisas terrenas! No entanto, eu ainda não sabia o que pretendias fazer de mim! Em ti reside a sabedoria. Ora, o amor da sabedoria, pelo qual eu me apaixonava com esses estudos, tem o nome grego de filosofia. Há quem seduza o próximo pela filosofia, colorindo e mascarando os próprios erros com nome de grandioso, fascinante e nobre. Quase todos os filósofos desta época e de épocas anteriores, que assim o fizeram, são censurados e denunciados neste livro. Aparece em suas páginas, o salutar conselho que deste por intermédio do teu servo fiel: «tomai cuidado para que ninguém Vos escravize pela filosofia e pela sua vã sedução, segundo a tradição dos homens, segundo os elementos desse mundo, e não segundo Cristo (Col 2, 8; 10)» Pois nEle habita corporalmente toda plenitude da divindade¹³⁸.

Essas palavras de Agostinho já revelam, intuitivamente, a verdade encerrada nas palavras do apóstolo Paulo, que Agostinho só irá compreender anos mais tarde, no cristianismo. De fato, ao longo de seu itinerário de fé, Agostinho irá descobrir que a felicidade não está, simplesmente, num sistema filosófico, mas está em Deus que se fez homem para resgatar a humanidade, que jazia na ignorância do pecado e da morte. O princípio de todo conhecimento está em Deus, Suprema Inteligência e Sabedoria Infinita. Agostinho chegaria à conclusão de que não basta saber a origem das coisas, é preciso conhecer o seu autor. Após a sua conversão, ele se dirigirá a Deus com essa prece:

“Senhor, Deus da verdade, será suficiente conhecer estas coisas para te agradar? Infeliz o homem que conhece tudo isso e não te conhece. Feliz aquele que te conhece, ainda que ignore o resto. Aquele que conhece a ti e também as outras coisas não é mais feliz por este conhecimento, mas somente por conhecer a ti, e, conhecendo-te, te glorifica pelo que és, e te rende graças, e não se perde em vãs reflexões. De fato, aquele que se reconhece possuidor de uma árvore e te é grato pelo uso que dela pode fazer, ainda que não saiba qual a altura ou a largura dela, é melhor do que aquele que a mede; conta-lhe os galhos, mas não possui e não conhece nem ama o criador dela. Do mesmo modo, a pessoa de fé possui todas as riquezas do mundo e mesmo que nada tenha, é como quem tudo possui, pois está

138. Conf., III,8.

unido a ti, Senhor de todas as coisas, pouco importando se nada sabe sobre o percurso da Ursa Maior!”¹³⁹.

O contato com a filosofia platônica instigará Agostinho a procurar a verdade dentro do seu próprio interior¹⁴⁰. Não basta o desprezo das vaidades terrenas e da ascese corporal, é necessário fazer uma viagem introspectiva. Daí, Agostinho inicia uma nova etapa do itinerário de sua conversão, que será determinante. Caindo em si, Agostinho encontra a luz da verdade, pela qual ansiava há muito tempo. Realmente, ele descobre que Deus é a verdade e, somente nele, se explica o mistério do mal, que consiste em abandonar o Sumo Bem, a Bondade por excelência, a fonte e origem de toda criação. A idéia do dualismo maniqueu fora desfeita. O mal não fora criado por Deus. Ele é o resultado da vontade má do homem, que prefere viver sem o esplendor da luz divina. Assim, contemplando essa realidade, Agostinho exclama:

“Em ti o mal não existe de forma alguma; e não só em ti, mas em quaisquer das criaturas tomadas em sua universalidade. Porque, fora da tua criação, nada existe que possa invadir ou corromper a ordem por ti estabelecida”¹⁴¹.

Mergulhando em sua interioridade, Nosso Autor constata que, sem a luz que provém de Deus, o homem não pode encontrar o sentido da sua existência¹⁴². Somente reconhecendo e escutando a voz da verdade, que habita em seu interior, a pessoa descobre o mistério acerca de si mesmo e do universo¹⁴³. Porém, ainda não estava tudo resolvido, era necessário um caminho para chegar à Deus. Essa via é Cristo. Mas Agostinho ainda relutava em aceitá-LO como Mediador entre Deus e os homens. O platonismo, de fato, atribuía a Cristo somente o papel de um sábio, possuidor de uma inteligência exuberante e singular¹⁴⁴. Agostinho não compreendia o senso das palavras: “o Verbo se fez carne”¹⁴⁵. Mas reconhecerá

139. Ibidem V,7.

140. Ibidem VII,16.

141. Ibidem. VII,13.

142. Ibidem I,1.

143.Cf. VEGA, Pablo Munoz. Introducción a la Sintesi de San Agustín. In: ANACLETA AGOSTINIANA, Vol. XXXIV, Roma, Université Gregorienne, 1945, pp.22-23.

144. Conf. VII,19.25.

145. Jo 1, 14.

após o percurso de sua conversão. Antes, faltava-lhe humildade para crer e aceitar o mistério da Encarnação do Filho de Deus.

“Eu buscava um meio que me desse forças para gozar de ti, mas não o encontraria, enquanto não aderisse «ao mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus (1Tm 2,5)» que, acima de todas as coisas é o «Deus bendito pelos séculos (Rm 9,5) » e que chama e diz: «Eu sou o caminho, a verdade e a vida (Jo 14,6)» Ele junta à carne aquele alimento que eu não era capaz de tomar, pois que o verbo se fez carne, para que a tua sabedoria, pela qual criaste o universo, se tornasse o leite de nossa infância. Eu não tinha humildade suficiente para possuir o meu Deus, o humilde Jesus, nem conhecia as lições que a sua fraqueza nos dava”¹⁴⁶.

A doutrina platônica lançará Agostinho no mundo da sabedoria, mas não satisfará a sua sede de infinito, pois era necessária uma força superior, capaz de elevar a natureza humana a uma experiência do divino¹⁴⁷. O Intelectual da África, depois de vários esforços, chegou à conclusão de que o homem, devido às consequências do pecado original, não pode chegar ao pleno conhecimento de Deus sem o auxílio da graça de Cristo. No platonismo, faltava o aspecto da humildade, sem a qual não se chega à Verdade Suprema. Os meios oferecidos eram importantes e apontavam para o caminho, mas não eram suficientes. O homem, por si mesmo, precisa de uma mão que o ajude a caminhar e a viver de acordo com os preceitos da Sabedoria¹⁴⁸. Nosso Autor faz esta constatação, partindo de sua própria debilidade, que o faz recair em seus vícios depois de ter contemplado a verdade:

“Percebi, então, o invisível que em ti se faz compreensível através das coisas criadas. Mas não fui capaz de fixar o olhar em ti e, sentindo renascer minha fraqueza, voltei aos objetos habituais. Eu guardava comigo apenas uma recordação amorosa e o desejo do alimento, cujo aroma sentira, mas que não podia ainda comer”¹⁴⁹.

A humildade que os platônicos desconheciam como pressuposto imprescindível para viver a perfeição, que emana da eterna Sabedoria, Agostinho

146. Conf. VII,18,24

147.Cf. VENTOSA, Enrique Rivera. Dialéctica Platónica y Encuentro Personal en la Conversión de San Agustín .In: AUGUSTINUS, Vol. XXXIII, n. 132, 1987, p. 198.

148. De Civ. Dei. X,24: “Eis o Mediador que nos estendeu a Mão, para retirar-nos do abismo de nossa queda, eis a raça preparada pelo ministério dos anjos promulgadores da Lei antiga, que ordenava o culto a um só Deus e prometia o advento do Divino Mediador”.

149. Conf. VII,17.

somente iria encontrar nas leituras das epístolas de São Paulo, onde ele descobre, de fato, que, para tornar-se sábio, é preciso aprender a arte da humildade na escola de Cristo. A filosofia platônica mostrara-se incompleta, pois deposita muita confiança na autopurificação humana, que podia conduzir os homens ao cume da sabedoria. Mas Nosso Autor se desilude com essa concepção, pois carregava, em si, as marcas deixadas pelos vícios e paixões desregradas, cuja libertação reclamava uma força sobrenatural, que só o amor de um Deus poderia suplantar. A mensagem platônica não conseguiu atingir esse conhecimento que, para o Africano, tornou-se fundamental na superação de seus apegos terrenos. Sobre sua passagem pelo platonismo, ele afirma:

“Nada disso é mencionado nos livros platônicos. Sua página não contém a imagem de um amor tão grande, as lágrimas da confissão, o teu sacrifício, a alma abatida, o coração contrito e humilhado, a salvação do povo, a cidade desposada, o penhor do Espírito Santo, o cálice de nossa redenção. Lá ninguém canta: «Não estará a minha alma submissa a Deus? É dele que me vem a salvação. Pois ele é o meu Deus e a minha salvação, o meu apoio. Não vacilarei nunca mais». Naqueles livros ninguém ouviu o convite: «Vinde a mim todos os que trabalhais». Desdenham aprender dele, porque é «manso e humilde de coração»¹⁵⁰.

Agostinho concluiu que um dos erros principais do platonismo era o de não ter reconhecido, em Cristo, a única porta que pode levar o homem a uma realização completa e definitiva¹⁵¹. Para desfrutar de seu auxílio e companhia, é necessário eliminar a auto-suficiência e a jactância. A soberba é inimiga daquilo que é simples e humilde. Cristo fizera-se pobre, despojara-se de tudo para compartilhar o destino dos homens, a fim de reconduzi-los a Deus, suprema aspiração da humanidade. Era esta a verdade que o platonismo ignorava.

Durante seu percurso de conversão, Agostinho se aproxima das Sagradas Escrituras a procura daquilo que o platonismo não conseguira oferecer¹⁵². Dessa forma, o próprio Agostinho descreve a riqueza fascinante que a leitura da Bíblia suscitou em seu coração sequioso de verdade:

150. Ibidem.

151. Cf. OROZ RETA, José., op. cit., pp. 258-259.

152. Cf. Ibidem., p.267.

“Lancei-me avidamente à venerável Escritura inspirada por ti, especialmente a do apóstolo Paulo. Desvaneceram-se em mim as dificuldades, segundo as quais me parecia, algumas vezes, haver contradição na Bíblia e incongruência entre o texto dos discursos dele e os testemunhos da Lei e dos profetas. Compreendi o aspecto único de sua fisionomia e aprendi a exultar com temor”¹⁵³.

Uma das primeiras constatações do Filho de Mônica é que a mensagem que brota das páginas do Livro Sagrado provém de Deus. Por isso, para descobrir o seu sentido é preciso deixar-se iluminar pela luz do alto, que está sempre à disposição daqueles que procuram a verdade com o coração puro e humilde. Guiado por esta luz, ele descobre que Jesus é a Sabedoria Eterna, única via que conduz a Deus.

Na carta aos romanos, São Paulo apresenta um programa para crescer na intimidade com Cristo¹⁵⁴. Agostinho toma as palavras do apóstolo e inicia uma nova etapa do seu itinerário de conversão. Neste tempo, ele experimenta um duelo cruel entre duas vontades, que se rebelam mutuamente: uma impelia para o bem e a outra para o mal. O Filho de Patrício já começara a trilhar o caminho da verdade, no entanto, a fraqueza da carne o puxava para os antros do prazer e das seduções do orgulho. “Sentia-me ainda preso ao passado, e, por isso, gritava desesperadamente: «Por quanto tempo direi: amanhã, amanhã? Por que não agora? Por que não por fim, agora, à minha indignidade?»¹⁵⁵.

Nosso Autor só encontrará o repouso e a paz para seus tormentos existenciais no coração de Cristo¹⁵⁶. Em Jesus, o Filho de Deus, Agostinho experimentará a doçura, a suavidade e a santa alegria que ultrapassa todas as satisfações mesquinhas e frívolas da carne. A doutrina de Cristo não se limita a mostrar o caminho da verdade, porque Ele mesmo se faz companheiro e amigo na caminhada, que leva ao monte da felicidade e da paz. Agostinho passa a gozar de uma alegria contagiante e inexplicável, que o mundo das paixões e as diversas escolas filosóficas não foram capazes de lhe proporcionar. A satisfação, que o cristianismo lhe trouxera, subjugara os rastros amargos que os deslizes da carne deixaram após suas aventuras no mundo dos prazeres e das comodidades terrenas.

153. Conf. VII,21.27.

154. “Como de dia, andemos decentemente; não em orgias e bebedeiras, nem em devassidão e libertinagem, nem em rixas e ciúmes. Mas vesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos da carne”. Rom 13, 13ss

155. Conf. VIII,12.28.

156.Cf. VEGA, Pablo Munoz., op. cit. p.147

Com São Paulo, Agostinho teve certeza de que a vida não tem outro senso senão em Cristo Jesus: revelação plena do Amor de Deus pelo homem. Agostinho se convencerá que, só no amor de Cristo, a criatura encontra a resposta para suas dúvidas e inquietações. Não existe mediação fora de Cristo. Não há outro nome que possa salvar. Com esses sentimentos, o Filho de Mônica escreveu no livro de suas confissões:

“ O Cristo Jesus,” minha ajuda e meu redentor”? Quão suave tornou-se de repente para mim a privação das falsas delícias! Eu, que tanto temia perdê-las, senti prazer agora em abandoná-las. Tu, ó verdade e suprema suavidade, as afastavas de mim. Afastavas e entravas em lugar delas, mais doce que qualquer prazer claro, não pela carne nem pelo sangue, mais luminoso que toda luz, porém mais oculto que qualquer segredo, mais sublime que todas as honras, mas não para aqueles que se exaltam de si mesmos. Meu espírito libertava-se agora das preocupações torturantes da ambição e da avareza, dos pruridos da sarna das paixões. Só me entretinha agora contigo, ó minha glória, riqueza e salvação, Senhor meu Deus ¹⁵⁷.

Embora Agostinho não tivesse captado de imediato o sentido das Sagradas Escrituras, ele nutria uma verdadeira paixão pelas cartas de São Paulo. Esse interesse aumentava ainda mais sua angústia e inquietação em busca da verdade. Foi nesta circunstância, que ingressou no maniqueísmo, que era uma seita fundada pelo sacerdote Mani, que viveu no século terceiro. Segundo tal doutrina, que admite uma mistura imaginosa de elementos gnósticos, cristãos e orientais, o mundo é formado por dois princípios: um do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas¹⁵⁸. Tal corrente filosófica afirmava que o homem possui duas almas: corpórea, que é a do mal, e a luminosa, que é a do bem. Para o ser humano, a alma luminosa deve submeter-se a uma rigorosa ascese, que consiste em quatro etapas: abstenção da carne, de manter conversas impuras, abstenção de propriedade e do trabalho, não se casar nem admitir o concubinato. Por algum tempo esta doutrina respondeu às inquietações de Nosso Autor, onde, de fato, ele permaneceu por nove anos, já que, de início, a doutrina maniqueísta lhe deu uma justificativa para seus erros e contradições. Ele buscava saber onde se originava aquela força que o atraía para o mal. Contudo, quando Agostinho aprofundou seu conhecimento sobre o maniqueísmo, procurando saber os

157. Conf., IX,1.1.

158. Cf. ABBAGNANO, Nicola. In: Dicionário de Filosofia, p. 641.

fundamentos sobre os quais tal doutrina estava alicerçada, se deparou com diversas contradições, constatando que os membros da seita não dispunham de muita cultura, deixando-o decepcionado¹⁵⁹. Depois da sua conversão ele irá dizer:

“Caí, assim, nas mãos de homens orgulhosos e extravagantes, demasiados carnavais e loquazes. Havia na sua boca laços do demônio e um engodo, preparado com a mistura das sílabas do Vosso Nome, do de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Paráclito Consolador, o Espírito Santo (...). Expressava-se falsamente não só de Vós, que verdadeiramente sois a verdade, mas ainda acerca dos elementos deste mundo, criaturas Vossas”¹⁶⁰.

Nesta mesma época, o Ilustre Africano entregou-se também ao magistério, percorrendo as cidades de Tagaste, Cartago e Roma. Depois de algum tempo, desiludido pela falta de interesse dos alunos, parte para Milão em busca de melhores condições para exercer seu ofício de professor, almejando reconhecimento intelectual no seio da sociedade milanesa. Nesta fase da vida, dando continuidade às aventuras amorosas, ele teve um filho, Adeodato, e, paralelamente à sua vida depravada, permanecia angustiado pelo problema da verdade. Como já mencionado, a leitura de Hortêncio, de Cícero introduziu Agostinho no itinerário da sabedoria. Contudo, este caminho o levou de Hortêncio a Manés, depois, a Plotino, em seguida, a Paulo e, finalmente, a Cristo¹⁶¹. Nele, o Intelectual da África encontrou a verdade que tanto buscava. Bem diverso daquilo que pensava, ela não estava no exterior, mas como já dito, no seu íntimo: “Deus é mais íntimo que o nosso próprio íntimo”¹⁶². Assim, Agostinho experimentou a verdadeira felicidade e atracou ao porto da paz, que tanto desejava. Atraído pela arte da oratória do grande bispo de Milão, Ambrósio, passou a ouvir seus sermões e começou a entender o sentido das Escrituras. Daí, resolveu pedir o batismo. Assim, depois de muita reflexão, estudo e silêncio, nos arredores de Milão, recebeu o batismo no sábado santo do ano 387 d.C., pelas mãos de Santo Ambrósio, como ele mesmo registrou vários anos depois nas Confissões:

159. Cf. CIPRIANI, Nello. Il Doctor Gratiae e o conhecimento do mundo sensível – Entrevista. In: 30DIAS, Roma, n. 11, Ano XX, Nov., 2006, pp. 72-73.

160. Conf. III,6.10.

161. Cf. GILSON, E. História da Filosofia Cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa. p. 165

162. Conf. III,6.11.

“Chegada a ocasião em que convinha inscrever-me entre os catecúmenos, voltamos a Milão (...). Recebemos o batismo e abandonou-nos a preocupação da vida passada”¹⁶³.

Deste momento em diante, iniciou-se uma nova etapa na vida do Santo. Vida voltada para a oração, a leitura, o conhecimento e mergulho no silêncio, até a sua escolha para o sacerdócio. Agostinho recebeu a indicação para o episcopado de Hipona tornando-se, mais tarde, sucessor de Valério, bispo de Hipona. Ao final desta perícopé sobre o encontro definitivo de Agostinho com a graça de Deus, é válido citar o que ele mesmo deixou escrito nas suas Confissões:

“Tarde te amei formosura tão antiga e tão nova. Tarde te amei. Tu estavas dentro, e eu fora, e ali te buscava; e eu feio ia me sentindo em seguimento desta formosura visível, que tu fizeste. Tu estavas comigo, e eu não estava contigo. Aquelas coisas me tinham longe de ti, as quais não teriam ser se não estivessem em ti. Chamaste e clamaste e abriste meus ouvidos surdos. Resplandeceste e tirastes de mim a minha cegueira (...)”¹⁶⁴.

2.1.3 Maturidade teológica

Santo Agostinho deixou entrever, nos seus sermões e, de modo particular, na sua obra *Cidade de Deus*, as suas posições sobre a política e as injustiças, fruto de suas reflexões teológicas. Estas foram maturadas ao longo do seu processo de conversão que lhe possibilitou uma visão integrada do homem e da história.

Nosso Autor foi sagrado bispo de Hipona em 395 d.C.. Neste ano, o Império Romano foi dividido entre os dois filhos de Teodósio, grande Imperador. O Oriente ficou com Arcádio e o Ocidente com Honório, a África ficou pertencente ao reino do Ocidente. A harmonia durou pouco. A paz foi ameaçada e desapareceu completamente, quando estes dois impérios começaram a lutar entre si, ocasionando, nas províncias de além-mar, revoltas e dissoluções. Em 397 d.C.,

163. Ibidem IX,10.

164. Ibid. X,38.

ocorreu a revolta de Gildão¹⁶⁵. É, nesta ocasião, que Gildão torna-se inimigo público do Império. Ele era ligado ao bispo Optato, da seita dos donatistas, que se opunha aos católicos. Sobre esta ligação, o Santo Teólogo dizia:

“Com intolerável prepotência de soldadesca, não porque tivesse que temer alguém, mas por semear o terror; oprimiu várias viúvas, assassinou crianças, dilapidou patrimônios de outros, arruinou famílias, pôs à venda bens de inocentes, frustrando os proprietários em lágrimas. Durante dez anos ressoou o gemido de toda a África sob as garras deste Optato Gildaniano”¹⁶⁶.

Pela leitura dessas declarações de Agostinho, vê-se que ele acompanhava, com viva apreensão, os acontecimentos sócio-políticos do Império, tomando posição crítica com relação à sorte de seus fiéis. Quanto mais ele progredia nos conhecimentos de Deus, mais procurava iluminar as realidades deste mundo, às vezes, marcadas por grandes contradições de toda ordem.

A cidade de Hipona era habitada por ricos, mas a população, na sua maioria, era pobre e miserável. A estes últimos, o Santo dedicou, depois de sua sagração, uma atenção especial, assumindo a sua defesa, solidarizando-se com eles completamente. Chegou a dizer: “(...). Faço-me mendigo por causa dos mendigos”¹⁶⁷.

Nosso Autor exerceu o ministério episcopal, profundamente, inserido no contexto sócio-político de sua época. O mergulho no mundo da graça lhe proporcionou uma aguda compreensão e uma solicitude incomparável em relação às necessidades espirituais e materiais de seus diocesanos, mas seus escritos e suas intuições filosóficas e teológicas se tornaram uma referência, não só em Hipona e cercanias, mas se notabilizaram em toda a cristandade. A teologia de Santo Agostinho parte da Palavra de Deus, porém, encontra ressonância no cotidiano da vida, no desenrolar dos acontecimentos da história¹⁶⁸.

Penso que se faz necessário citar suas próprias palavras, dirigidas aos fiéis de sua igreja local, sobretudo aos afortunados de bens materiais: “A cada dia, ah,

165. Gildão havia se tornado chefe militar da África. Organizou uma espécie de exército clandestino, começando a conspirar contra o Império do Ocidente. A revolta objetivava a independência do norte da África.

166. Epist. 7,4.5. In. *Le Lettere*, Vol. XXI/2, Roma, Città Nuova, 1996.

167. Serm. 6,5. In. *Discorsi*, Vol. XXX/1, Roma, Città Nuova, 1982: “Ego factus sum mendicus mendicorum: quid ad me? Ego sim mendicus mendicorum, ut vos numere muni in numero filiorum”.

168. Cf. HAMMAN, A. op. cit., p.111.

são tantos os indigentes que pedem, gemem, nos suplicam, e nós deixamos muitos deles com sua tristeza, porque não temos o que dar para todos”¹⁶⁹. E acrescenta:

“Vindo até a basílica, fui parado na rua, pelos pobres. Eles me suplicaram que intercedesse em seu favor, pois nos últimos tempos não têm recebido nada da vossa parte. Evidentemente, eles esperam que nós, gente da Igreja, lhe demos alguma coisa. Nós mesmos fazemos aquilo que podemos, mas nossos meios são limitados. Mas nos fazemos seus mensageiros junto a vós”¹⁷⁰.

Destas palavras, depreende-se que o Bispo de Hipona estava atento a realidade de seus diocesanos menos favorecidos e tinha o costume de expressar seu juízo crítico sobre a situação de injustiça e desigualdade social em que se encontravam as suas ovelhas, resultado de uma política que beneficiava a poucos e massacrava a maioria, reduzindo-a a níveis de vida sub-humanos. A esse sistema injusto e desigual, ele não poupava críticas e exortava à conversão: “Toma cuidado para que, ao fazer do mais fraco uma presa, não te tornes presa de um mais forte. Esqueceste que estais no mar? Não vês que os peixes grandes devoram os menores?”¹⁷¹. Essas expressões manifestam uma forte censura ao sistema político da época. As autoridades, ao invés de promoverem o bem-comum de todos os cidadãos, serviam-se do cargo para defender apenas seus interesses pessoais, em prejuízo das camadas mais pobres, chegando mesmo a arruiná-las completamente.

A maturidade teológica de Santo Agostinho fez dele um intrépido defensor da verdade. Na obra *De Vera Religione*, ele afirma, categoricamente, que o homem de bem é aquele que aprecia a sabedoria, que os autênticos filósofos investigam. Estes, veem, no Filho de Deus, a sua suprema revelação¹⁷² e não

169. Serm.355,5. In: Discorsi, Vol. XXXIV, Roma, Città Nuova, 1989: “Quotidie tam multi petunt, tam multi gemunt, tam multi inopes interpellant, ut plures tristes relinquamus, quia quod dare omnibus non habemus; et servaremus enthecum propter naufrabemus; et servaremus enthecum propter naufragium?”.

170. Serm. 61,12.13. In: Discorsi Vol. XXX/1,1982: “Date ergo pauperibus: rogo, moneo, praecipio, iubeo. Quidquid vultis date pauperibus. Non enim occultabo caritati vestrae, quare hunc sermone necesse habui vobis promere. Ex quo hic sumus euntes ad ecclesiam, et redeuntes, pauperes interpellant nos, et dicunt ut dicamus vobis, ut aliquid accipiant a vobis. Nos monuerunt loqui vobis: et cum se vident non accipere a vobis. Exspectant aliquid et a nobis. Damus quantum habemus, damus sicut possumus: numquid tamen ad eorum necessitatem implendam idonei sumus”?

171. Serm 86,6. In: Discorsi, Vol. XXX/2, Roma, Città Nuova, 1983.

172. De Ver. Rel. III,16.30. In. La Vera Religione, Vol. VI/1, Roma, Città Nuova, 1995 : “Sed cum omnibus modis medeatur animis Deus pro temporum opportunitatibus, quae mira sapientia eius ordinantur, de quibus aut non est tractandum, aut interpios perfectosque tractandum est; nullo

esquecem que a doutrina de Cristo é portadora de princípios, que ultrapassam o individual e lançam luzes sobre a ordem social, pois o homem é sempre um ser sociável. Tal maturidade apregoa que filosofia e religião devem trabalhar juntas. E assim, se, realmente, forem verdadeiras, proporcionarão aos homens o caminho seguro, que facilitará a implantação da concórdia e da paz. *A Vera Religio* é vista, por Agostinho, como único meio de libertação dos males individuais e sociais da humanidade.

“Eis porque a inefável misericórdia de Deus vem ajudar a cada homem em particular e ao conjunto do gênero humano, para lembrá-lo da sua primeira e perfeita natureza, mediante a dispensação da divina Providencia. Serve-se da criatura mutável para que seja submissa às leis eternas. Essa é em nossos tempos, a religião crista e em conhecê-la e segui-la, está a salvação segura e certíssima”¹⁷³.

No pensamento agostiniano, somente a religião cristã é que, ligando o homem a Deus, leva-o a amar de verdade, desvencilhando-se do egoísmo desenfreado. A prática da verdadeira religião, que consiste no culto do único Deus de Abraão, vence as tendências supersticiosas dos habitantes da cidade terrena. Ela, quando vivida intensamente, constitui uma benção, pois é o fundamento da Cidade celeste¹⁷⁴. Nela, reina a paz e a justiça, porque se dá a Deus o que é dele. O Bispo de Hipona não deixou de enfatizar que os peregrinos deste mundo são chamados a promover a concórdia e a paz, ou seja, o bem-comum¹⁷⁵. Portanto, devem olhar para a harmonia que já existe entre os cidadãos da cidade do alto. A paz não é resultado apenas do esforço humano, fruto de negociações meramente racionais.

A religio christiana, que tem o seu fundamento em Cristo, possui em plenitude todos os meios que os homens necessitam para alcançar a felicidade. Para o exímio teólogo, não há outra via através da qual os seres humanos possam abraçar a paz.

modo beneficentius consuluit generis humano, quam cum ipsa sapientia Dei, id est unicus Filius consubstantialis Patri et Coaeternus, totum hominem suscipere dignatus est... “

173. Ibidem., X, 19.

174. Cf. De Civ. Dei, IV,1.

175. Cf. VEGA, Pablo Munoz,.op. cit., p.233.

“O verdadeiro Mediador, que a tua insondável misericórdia enviou aos homens, a fim de que aprendessem a humildade a exemplo dele, este Mediador entre Deus e os homens é o homem Jesus Cristo. Ele se apresentou entre os pecadores mortais e o justo imortal como os homens e junto como Deus”¹⁷⁶.

Nestas palavras, encontra-se a chave antropológica para a compreensão do homem, que, sem Cristo, não pode encontrar a razão de sua existência. Conclui-se também que, partindo da sua própria experiência, Agostinho dá testemunho de Cristo, Verbo de Deus, que é a única felicidade dos homens¹⁷⁷. O homem busca e anseia a paz, e esta é Cristocêntrica, já que o Filho de Deus desceu dos céus para conceder a paz aos homens. É da prática dos preceitos de Cristo que desabrocham, para a sociedade, todas as graças; sem Ele é impossível que alguém seja feliz nesta vida e, muito menos junto com seus semelhantes. A lei que Ele instaurou no mundo, “amar a Deus e ao próximo como a si mesmo”, é a grande máxima da felicidade. Uma sociedade que deseja livrar-se do individualismo exacerbado não deve fechar-se para Cristo. O mal da injustiça e da desigualdade social, raiz de guerras e divisões, será sanado, quando a ânsia de enriquecer de alguns for vencida pelos propósitos de partilha. Se os homens não aderirem aos princípios da *beata vita*, aqui e agora, nunca viverão em paz consigo e com os outros.

Outro aspecto da maturidade teológica do Pastor Hiponense está demonstrado na tenacidade, clareza, firmeza e elevado senso intelectual com que lutou pela preservação do depósito da fé. Em suas obras, ele rebatia, com originalidade, todos os argumentos heréticos contrários à fé. O donatismo e o pelagianismo¹⁷⁸ ocuparam boa parte do tempo de Agostinho, pois ambos semeavam, entre os fiéis, sérios erros doutrinários, que comprometiam o entendimento da salvação operada por Cristo. Agostinho, na maioria das vezes, escrevia, tendo em vista a solução para um problema imediato da Igreja de seu tempo. Contudo, seus escritos não se limitavam a resolver somente questões de ordem religiosa. Quando fala do homem, ele o aborda, integralmente, suscitando várias reflexões, aquelas que envolvem sempre o seu agir. O homem se realiza

176. Conf., X,43,68.

177. Cf. De Civ. De, IX,15.2.

178. O donatismo seita do século IV fundada pelo bispo cismático de Cartago, Donato. Apregoava que a validade dos sacramentos dependia da santidade dos ministros e não da graça de Cristo. Já o pelagianismo teve início no século V, tendo como principais representantes o monge bretão Pelágio e Celestino ambos afirmavam que o homem, por si só, pode alcançar a salvação, independente da graça de redenção. Para eles a graça é apenas auxiliar e contingente.

como pessoa quando se abre à dimensão da comunhão e da participação na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Cada atitude que o homem tome, fruindo ou utilizando deste mundo, ele não deve esquecer que o seu fim último é gozar, eternamente, do Bem Supremo. Esse pensamento está claro na obra sobre a doutrina cristã, onde o Santo Pastor de Hipona diz expressamente:

“Há algumas para serem fruídas, outras para serem utilizadas e outras ainda para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição fazem-nos felizes. As de utilização ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas”¹⁷⁹.

O itinerário teológico e filosófico do Hiponense traz consigo a seguinte consequência: quando ele trata das coisas que o homem toma para si; aquelas a que se afeiçoa e até aquelas que utiliza, orienta que deve ter em vista a eternidade, que é o fim para o qual todo o ser humano tende¹⁸⁰. Assim, ele nunca enuncia, explicitamente, em que consiste este princípio *uti-fruti*, que deve orientar as opções humanas.

“Das coisas temporais devemos usar, não gozar, para merecermos gozar as eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amar a Deus, mas prestar culto a Deus por causa do dinheiro”¹⁸¹.

O alcance desta visão agostiniana da moral faz-se compreender por uma perfeita separação e distinção entre os bens a serem gozados e os bens a serem utilizados. Manfredo Ramos¹⁸² afirma que esta nítida divisão, encontrada em Agostinho, tem como causa a distinção entre o bem ôntico, que se chama Deus, evidentemente, o Ser Imutável, e os seres mutáveis, que ele classifica de bens ético-corporais. Para que haja ordem no interior do homem e, por conseguinte, na sociedade e na vida moral, o ontológico deve dirigir o ético. A ética agostiniana está centrada no amor a Deus. Nele, o homem aprende a amar a si mesmo e a seus semelhantes. No pensamento do Teólogo Hiponense não há espaço para uma

179. De Doct. Christ. I,3.

180.Cf. RODRIGO, J. Antonio Galindo. Del Sin-Sentido al Sentido en la Conversión de San Agustín, AUGUSTINUS, V. XXXII, n. 125-128, Ener/Dic, 1987, p.309.

181. De Civ. Dei, XI,25.

182.Cf. RAMOS, F. Manfredo. A idéia de Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho, São Paulo, Edições Loyola, 1984, p.62.

divinização do 'eu'. Partindo sempre do preceito divino: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a tua alma e de todo o entendimento, e amarás o teu próximo como a ti mesmo”¹⁸³, o Santo Pastor consegue romper com o individualismo. A referência, por excelência, é Cristo, que habita no seu interior e na Igreja. O autêntico amor, que tem a sua fonte em Deus, suplanta a tendência desordenada do ser humano de colocar o seu 'eu' como centro de tudo¹⁸⁴. Porém, isso somente se torna possível quando a criatura é conduzida pelo Criador. O Doutor da Graça afirma, depois de um longo período de maturação teológica, que, sem o auxílio de Deus, o homem não pode superar o seu egoísmo. O perigo de viver uma ética baseada em si mesmo é uma constante na natureza humana. Esse comportamento é responsável por diversas desventuras na vida social, inclusive a ausência da paz. Elas tendem a crescer todas as vezes que o homem se arroga senhor absoluto da sociedade¹⁸⁵. Como consequência de tal mentalidade percebem-se, com tristeza, vários males, que Agostinho denunciou no seu tempo e que continuam atuais; por exemplo: a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria, ocasionando o aumento da miséria, a indiferença dos governantes, a ânsia do lucro em detrimento da pessoa humana, o desequilíbrio ecológico provocado por interesses espúrios de grupos particulares, guerras e autoritarismos¹⁸⁶. O Pastor de Hipona não hesita em atribuir estes malefícios à falta do *ordo amoris*. Contudo, essa reta ordem do amor só será vivenciada quando o homem aceitar o senhorio de Deus. É a partir do amor de Deus que o ser humano passa verdadeiramente a amar. O Santo de Hipona, no desenrolar do seu percurso teológico, afirma que o egoísmo é vencido pela caridade. Esta consiste em amar a Deus sobre todas as coisas e, nele, todos os homens. É nesse contexto que o amor ultrapassa os estreitos limites do individual e assume conotações sociais¹⁸⁷.

A maturidade teológica de Agostinho insere-se em um campo, onde as relações sociais devem ser edificadas sobre o amor. Do direcionamento que o homem der a este amor, depende a paz da cidade terrestre. Quando o ser humano

183. Mt 22,37.

184.Cf. PINHEIRO, A. Luiz. A centralidade do Amor na Filosofia Agostiniana, ATUALIZAÇÃO, Ano XXIX, n. 277, Jan/Fev, 1999, pp. 55-54.

185. Cf. De Civ. Dei, V,19.

186.Cf. PERRINI, Matteo. La Visione Agostiniana della Storia e della Città Política, HUMANITAS, Anno XXXII, n. 1, Gennaio, 1977, p.6.

187. Cf. n.185.

se fecha para Deus, transforma-se num tirano, pois não ama a verdade. Ao contrário, procurará apenas satisfazer seus intentos pessoais egoístas. Isso gera injustiças no seio da sociedade, pois a soberba destrói a relação entre os homens e ameaça o ideal da justiça, que, por conseguinte, compromete a paz. Já, quando o ser humano ama a Deus acima de tudo, os frutos são extraordinários, como por exemplo, a concórdia, que, no plano social, é indispensável para um convívio harmonioso¹⁸⁸.

Agostinho participou, intensamente, da sociedade de seu tempo, experimentou os avanços e os traumas de sua época. Suas estadas em Tagaste, Roma e Milão, ficaram profundamente marcadas pelo seu desenvolvimento intelectual, mas também pelos costumes sociais e mergulho nos prazeres. Por isso, quando o Pastor Hiponense afirma claramente que o ser humano tem uma dimensão essencialmente social, ele, ao mesmo tempo, tem presente que, sem o auxílio de Deus, o homem é incapaz de viver em sociedade; isso porque, pelo pecado original, sua natureza ficou marcada pelo desejo de dominar seus semelhantes. Ao invés do Criador ser o centro do seu pensar e agir, o homem escolheu o seu 'eu'. Com isso, as suas decisões são tomadas a partir de sua individualidade. Neste sentido, na vida comunitária e social, as exigências de solidariedade e fraternidade tornam-se impraticáveis. De fato, quando os interesses pessoais são colocados como absolutos, o bem-comum é praticamente eliminado da sociedade, acarretando a deturpação da ordem social¹⁸⁹. De fato, quando a pretensão de glórias ou honrarias de pessoas ou grupos é o ideal a ser alcançado, o aspecto comunitário é anulado por interesses particulares¹⁹⁰. Onde não existe mais a preocupação com as necessidades do outro, devido a uma ética individualista, só existe uma solução: a implantação da caridade no seio da sociedade¹⁹¹. Assim, Agostinho, com essas reflexões e questionamentos, faz a teologia entrar na vida das pessoas, motivando-as para o encontro com o Deus da revelação, que veio dar plenitude e sentido às realidades terrenas, para que alcancem a paz aqui na terra, na esperança da vida plena na cidade celeste.

188. Cf. PINHEIRO, A. Luiz, op. cit., p.57.

189. Cf. De Civ. Dei V,16.

190. Conf. Nota 33.

191. Cf. GONÇALVES, J. Cerqueira. Santo Agostinho: dois amores fundaram duas cidades. In: COMMUNIO, N. 67, Jul/Agos/Set, 1994, pp. 240 -241.

A reflexão que o Bispo de Hipona faz acerca do livre-arbítrio também é uma expressão de sua maturidade teológica. Depois de longos anos de meditação pessoal, o Filho de Patrício chegou à conclusão que o ser humano é portador de uma vontade individual¹⁹² a qual ele denomina de *'liberum arbitrium'*. Segundo sua linha de raciocínio, é esta liberdade que torna os homens responsáveis de seus atos. Esta faculdade constitui um bem extraordinário que o Criador concedeu à criatura racional¹⁹³. Para o Santo Africano, o homem possui uma vontade que, em si mesma, não tem nada de bom ou ruim. Ela torna-se péssima ou boa de acordo com as escolhas do ser humano.

Estas conclusões sobre o livre-arbítrio, no que diz respeito ao que o homem deve fruir ou utilizar, ocasionaram uma profunda mudança de mentalidade, porque, até então, predominava, segundo Newton Bignotto¹⁹⁴, o pensamento aristotélico, onde o exercício da vontade comportava, necessariamente, uma ação na *'polis'*. Já o Doutor de Hipona defendeu que a capacidade da vontade de escolha está associada ao âmbito da interioridade humana. Isso significa que a liberdade deve ser vivida, em primeiro lugar, no interior do homem. Antes que o homem execute uma ação, esta, em realidade, já foi decidida no foro da consciência, ou seja, no seu interior¹⁹⁵.

Outro traço marcante e revelador da maturidade de Agostinho foi sua compreensão acerca da origem do mal. Ele desejava saber, onde se encontravam as razões do mal. Partindo do princípio de que Deus é bom, ele buscava saber de onde vinha a terrível realidade do mal. Onde nasce, portanto, o mal, a infelicidade? Somente quando ele entrou em sua alma, iluminada pela fé, chegou a esta afirmação: “Nenhuma natureza, absolutamente falando, é um mal. Esse nome não se dá senão à privação de um bem”¹⁹⁶.

192. Cf. Conf. VII,3.

193. De Lib. Arb II,18: “Eu opunha à tua opinião que não podemos agir com retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade. E afirmava que Deus no-lo deu, sobretudo em vista desse bem. Tu me respondeste que a vontade livre devia nos ter sido dada do mesmo modo como nos foi dada a justiça, da qual ninguém pode se servir a não ser com retidão”.

194.Cf. BIGNOTTO, Newton. O Conflito das liberdades:Santo Agostinho, SINTESE NOVA FASE, V. 19, n. 58,Jul,1992, p.332.

195.De Lib. Arb I,26. In: Dialoghi, Vol. III/2, Roma, Città Nuova, 1976-1992: “Vides igitur iam, ut existimo, in voluntate nostra esse constitutum, ut hoc vel fruamur vel careamus tanto et tam vero bono. Quid enim tam in voluntate, quam ipsa voluntas sita est? Quam quisque cum habet bonam, id certe habet quod terrenis omnibus regnis, voluptatibusque omnibus corporis longe anteponendum sit”.

196. De Civ. Dei, XI,22.

Foi a partir desta descoberta, que o Intelectual da África constatou que o mal não tem uma essência ontológica. Ele, de fato, vem à luz em consequência da vontade livre do homem, que se aparta do bem. “Deus, autor das naturezas, não dos vícios, criou o homem reto; mas este, depravando-se por sua própria vontade e justamente condenado, gerou seres desordenados e condenados”¹⁹⁷.

É nesta linha de raciocínio, que o Exímio Teólogo de Hipona distinguiu a liberdade do livre-arbítrio. A liberdade não é escolha, mas mergulho no bem¹⁹⁸. Só é verdadeiramente livre, quem se submete às leis de Deus. A verdade absoluta é Deus, somente nele o homem vive em abundância e desfruta da liberdade¹⁹⁹. No pensamento agostiniano, a liberdade só se torna um empecilho para a realização da paz, quando se transforma em libertinagem. Afastando-se de Deus, o homem desloca-se do centro norteador de sua liberdade e torna-se escravo de si mesmo. A liberdade e a paz só são possíveis, quando se vive sob a regência das leis divinas²⁰⁰. A liberdade, por sua vez, somente contribui para a paz, quando acompanhada pela graça divina, pois esta é indispensável para o bom emprego do livre-arbítrio. O Ilustre Africano, depois de longas reflexões, chegou a essa conclusão:

“Por isso, do mau emprego do livre-arbítrio originou-se uma verdadeira série de desventuras, que, de um princípio viciado, como se corrompido na raiz, o gênero humano, arrastaria todos, em concatenação de misérias, ao abismo da morte segunda, que não tem fim, se a graça de Deus não livrasse alguns”²⁰¹.

A liberdade verdadeira consiste em aceitar a ordem natural, segundo a qual Deus deve ser amado acima de tudo. Quando o homem não abraça a reta ordem de Deus, que consiste em amá-lo sobre tudo, não tem condições de escolher entre o bem e o mal, e o bem precioso da paz torna-se impossível²⁰². Santo Agostinho afirma que a vontade humana não é onipotente; ela carece, no fundo, da poderosa

197. *Ibidem* III,2.

198. Cf. RODRIGO, Jose Antonio Galindo. *Del Sin-Sentido al Sentido em la Conversión de San Agustín*, AUGUSTINUS, V. XXXII, n. 125-128, Ener/Dic,1987, p.288.

199. Cf. *De Lib. Arb.* II, 14.

200. PEGUEROLES, Juan. *Libertad y necesidad, libertad y amor*, en San Agustin, ESPIRITU, V. XXXII, n. 88, Jul/Dic, 1983, pp.109-110.

201. Cf. Nota 197.

202. Cf. PEGUEROLES, Juan. *op. cit.*, p.111.

e eficaz força de Cristo para vencer os propósitos e insinuações do mal, que criam obstáculos à construção da paz.

Santo Agostinho possuía uma cultura filosófico-humanística admirável. De fato, lendo com atenção as suas obras, constata-se o profundo conhecimento que ele tinha sobre os principais historiadores de sua época. Isso se manifesta na facilidade e precisão com que ele cita Virgílio, Cícero, Varone e tantos outros²⁰³. Seu preciso conhecimento da retórica e da literatura lhe deram boa reputação no meio acadêmico de Cartago e Tagaste, quando recebeu prêmio pelo seu desempenho intelectual, manifestado através de seus discursos²⁰⁴.

A formação de Agostinho não consistia simplesmente em conhecer o pensamento dos clássicos de sua época. Sua inteligência perspicaz lhe possibilitou interpretar o conteúdo das narrações com autoridade e, ao mesmo tempo, com muita objetividade. De fato, na *Cidade de Deus*, a peculiaridade com que o Doutor Africano refuta as idéias de Cícero, manifesta o fulgor de uma mente prodigiosa e sagaz, que exercitou, nas escolhas de Tagaste, Madaura e Cartago, onde aprendeu a arte de confrontar as diversas correntes filosóficas.

A cultura geral de Agostinho deu-lhe um panorama da situação do homem de seu tempo, que, por sinal, continua o mesmo: um ser cercado por dúvidas, sempre formulando diversas perguntas acerca de si mesmo e do mundo que lhe circunda. Agostinho, no início, via, nos estudos, um meio para tornar-se famoso no seio da sociedade, mas o contato com o mundo do saber abriu seus horizontes para a busca da verdade, estimulando-o sempre mais a um conhecimento profundo da natureza humana e das vias de acesso à felicidade²⁰⁵.

Outra marca que a leitura dos clássicos deixou em Agostinho foi o aprimoramento das virtudes humanas, que, certamente, lhe haviam sido inculcadas na infância pelo exemplo e pelos lábios de sua mãe, como mencionado anteriormente. Realmente, Agostinho era muito humano e conservava um verdadeiro respeito pela dignidade da pessoa humana. Sua conversão ao cristianismo veio reforçar e solidificar tal respeito. O Filho de Mônica era uma

203. Cf. Civ De. Dei, III,10; XIX,21; IV,31.

204. Cf. TRAPÉ, Agostino, op. cit., p. 24.

205. Cf. PEGUEROLES, Juan. La Busqueda de la Verdad: Em la Vida y em lãs Obras de San Agustín, ESPIRITU, V. II, n. 62, Ener/Jun, 1962, p.75.

pessoa fiel à palavra dada e aos compromissos assumidos, afastando-se de situações que poderiam coagi-lo à pratica do mal²⁰⁶.

Não se pode deixar de mencionar também o respeito e a consideração, que conseguiu manter em relação a sua mãe. Mesmo quando errava pelos caminhos das paixões e dos vícios, ele nunca perdeu a estima e o afeto filial²⁰⁷. Quando relatou sua experiência de professor de retórica, Agostinho descreveu o espírito que animava o exercício de sua magistratura. Nele, encontrava-se o reflexo de um amor à verdade e de um inquestionável desejo de ajudar seus discípulos a fazerem do saber um companheiro no caminho da vida, tal como o estudo fora para ele:

“Naqueles anos que eu ensinava retórica, vencido pelas paixões, eu vendia tagalerices para ensinar a ganhar causas. Todavia, Senhor, tu bem sabes que eu preferia ter bons discípulos, no verdadeiro sentido da palavra, e, sem artimanhas, eu lhes ensinava artifícios úteis, dos quais pudessem um dia usar, não contra a vida de um inocente, mas, quem sabe, para salvar a vida de um culpado. E tu, meu Deus, vias também, no meio da densa fumaça, algumas centelhas de fidelidade que eu oferecia aos discípulos”²⁰⁸.

2.2

O Espírito da Obra De Civitate Dei

2.2.1

A origem da Cidade de Deus

A Cidade de Deus nasceu como tentativa de resposta aos pagãos, que responsabilizavam os cristãos pela queda de Roma e conseqüente derrocada do Império Romano. Os pagãos afirmavam que Roma caíra porque os seus habitantes, assim como o próprio governo, haviam abandonado os seus deuses de outrora, aderindo à nova religião, que era o cristianismo. As notícias sobre estas

206. Cf. Conf., III,3.

207. Cf. TRAPE, Agostino, op. cit., p. 50.

208. Conf. IV,2.

calúnias foram levadas, oficialmente, a Agostinho, pelo Tribuno Marcelino²⁰⁹, seu amigo. Este lhe rogou que escrevesse uma obra em defesa dos cristãos²¹⁰.

De Civitate Dei tornou-se um compêndio histórico, teológico e filosófico. Foi uma iniciativa de Santo Agostinho interpretar a história à luz da Sagrada Escritura. Longamente preparada, já por volta do ano 405 d.C., Agostinho escreveu algumas orientações aos seus catequistas, mostrando sua intenção de fazer uma espécie de tratado sobre duas cidades:

“Pois há, desde o início do gênero humano e haverá até o fim dos séculos, duas cidades: uma dos iníquos e outra dos santos. Misturados agora pelos corpos, mas separados pela vontade, serão, no dia do juízo, separados também pelos corpos”²¹¹.

Vários anos antes de escrever a *Cidade de Deus*, o Santo também fez um estudo sobre o livro do Gênesis, intitulado ‘*De Genesis ad litteram*’. Já, neste, ele havia proposto o tema das duas cidades, quando se pronunciou sobre os dois amores que comandam as ações dos homens peregrinos sobre a terra²¹².

A *Cidade de Deus* é, por assim dizer, uma continuação da experiência pessoal de Agostinho, tão bem retratada no seu livro, as Confissões²¹³. No *De Civitate Dei*, o Pastor de Hipona aborda a luta que existe entre a luz e as trevas de maneira mais ampla que nas “Confissões”, onde relata o drama da sua vida marcada pela recusa de aceitar a vontade do Criador, preferindo, muitas vezes, a sua própria vontade repleta de paixões e vícios que se opunham à divina vontade, única capaz de proporcionar a paz ao coração humano. Na *Cidade de Deus*, ele

209. Tribuno, amigo de Agostinho, que ele muito prezava, solicitara uma palavra do Hiponense acerca das acusações e difamações que os cristãos estavam recebendo devido à queda do Império Romano.

210. Cf., *De Civ. Dei*, Prefacio

211. *De Cath. Rudibus* XIX,31. In: *Morale e Ascetismo Cristiano*, Vol. VII/2, Roma, Città Nuova, 2001: “Duae itaque civitates, una iniquorum, altera sanctorum, ab initio generis humani usque in finem saeculi perducuntur, nunc permixtae corporibus, sed voluntatibus separate, in die iudicii vero etiam corpore separandae”.

212. *De Gen. Ad Litteram* XI,15.20, Vol. IX/2, Roma, Città Nuova 1989: “Hi duo amores quorum alter sanctus est, alter immundus, alter socialis, alter privatus, alter communi uti litati consulens propter supernam societatem, alter etiam rem communem in potestatem propriam redigens propter arrogantem dominationem, alter subditus, alter aemulos Deo, alter tranquillus, alter turbulentus, alter pacificus... Quarum etiam quadam temporalis commixtione peragitur saeculum, donec ultimo iudicio separentur, et altera coniuncta Angelis bonis in rege suo vitam consequatur aeternam, altera coniuncta Angelis malis in ignem cum rege suo mittatur aeternum. De quibus duabus civitatibus latius fortasse alio loco, si Dominus voluerit, disseremus”.

213. Cf. BOZZO, Giovanni Baget. *La Teologia de la Historia en la Ciudad de Dios*, AUGUSTINUS, V. XXXV, n. 138-139, *Ener/Jun*, 1990, p.45

enfoca o drama da história das sociedades e das civilizações que quiseram erguer-se sem o Criador²¹⁴.

Na *Cidade de Deus*, sobressai a história terrena dos povos, mas se descortina também o destino transcendente da humanidade que, em meio da transitoriedade dos acontecimentos, deve vislumbrar e desejar a pátria definitiva, para onde todos caminham pressurosos, aguardando o dia feliz em que tomarão posse da verdadeira paz. O Hiponense, ao repassar a história da sociedade de seu tempo, afirma que as realidades terrenas só têm valor, enquanto levam os homens e as instituições a pensarem na vida eterna²¹⁵.

Embora não tivesse, de imediato, a preocupação de tratar questões diretamente voltadas à paz, no desenrolar da obra, destacam-se algumas indicações preciosas neste campo. *De Civitate Dei* é fruto de um esforço sem medida do bispo de Hipona, que, não obstante todas as atividades pastorais e o empenho em defender a fé das heresias, dedicou cerca de quatorze anos de sua vida para escrevê-la. Escreveu esta obra, observando fatos, recolhendo informações, encontrando-se com refugiados, que, por certo, levaram-lhe as imagens da destruição e da ruína de Roma e da desilusão profunda que padeciam. Assim, depois de três anos de desgraça sobre o Império Romano, o Pastor de Hipona, por insistência de seu amigo Marcelino, resolveu escrever.

O Exímio Teólogo dividiu a obra em vinte e dois volumes. Os primeiros dez tomos são, explicitamente, dirigidos ao combate das velhas práticas e crenças pagãs. Os doze volumes subseqüentes abarcam os temas da política e do Estado. Para Agostinho estes últimos, têm a finalidade de salvaguardar os cidadãos da guerra e promover a concórdia, a justiça e o bem-comum²¹⁶.

A estrutura da obra se articula, harmoniosamente, fiel ao propósito inicial estabelecido pelo autor. Ele pretendia defender os membros da cidade celeste que peregrinam neste mundo de injustiças, blasfêmias e acusações infundadas, que os pagãos lançavam sobre os cristãos, por Roma ter caído nas mãos dos bárbaros²¹⁷. O Santo Africano expõe os perigosos erros com os quais o paganismo havia

214. Cf. VEGA, Pablo Munoz., op. cit., p.118

215. Cf. RAMOS, F. Manfredo, op. cit., p. 29

216. De Civ. Dei, XIX,12-13

217. Cf. OROZ RETA, Jose. La Esperanza Cristiana en la Ciudad de Dios, AUGUSTINUS, Tomo XXXVIII, Ener/Dic, 1993, p.55.

encerrado os romanos, ao longo dos anos. O Império Romano fora destruído, porque não estava alicerçado sobre valores verdadeiros e sólidos.

“Fazem nosso Cristo responsável pelos males transitórios, que não podem por a perder quem é bom, quer vivo, quer morto. Trata-se de verdadeiro contra-senso, pois ninguém ignora que nosso Cristo insiste em preceitos em prol dos bons costumes e contra os maus, ao passo que os deuses nenhum preceito assim deram ao povo que os adorava para que a republica não perecesse”²¹⁸.

No *De Civitate Dei*, se encontra, notoriamente, uma apologia da verdade por excelência, que é Cristo. O Teólogo de Hipona exalta os princípios cristãos como única alternativa para a consolidação de uma cidade ou nação. Renegar Cristo é reincidir nas trevas da falsidade e da mentira.

Assim, na primeira parte da obra, que se estende até o livro décimo, há uma verdadeira confrontação acerca daqueles costumes que os romanos retinham como verazes. A desgraça, que vitimou tantas vidas, na ocasião do saque do rei Alarico e de suas milícias na cidade de Roma, não é responsabilidade do Deus cristão. O infortúnio sobreveio porque o Império fora edificado sobre o pragmatismo do culto pagão, que buscava, nos deuses, apenas benefícios materiais e a continuação ou prorrogação dos mesmos após a morte. O Santo Africano evoca uma série de fatos históricos para demonstrar que Roma nunca desfrutara de prosperidade e concórdia completas, já que, desde sua fundação, vivera sob o jugo da violência. Os tempos de tranquilidade que teve, foram dádivas da Providência, e não mérito do culto aos deuses pagãos. Esses, mesmo com a prática do exercício do culto, não conseguiram inculcar nos romanos costumes salutar e elevados. Retratando as várias fases do desenvolvimento do Império, o Doutor da Graça insiste que somente o cristianismo tem condições de levar os homens a praticar o amor e a justiça, que são as bases da paz individual e social.

No livro sexto da *Cidade de Deus*, Nosso Autor discute com Varrão sobre a divisão, que este havia formulado acerca da teologia, sob três aspectos: (I) fabulosa, aquela realizada pelos poetas; (II) civil, aquela praticada pelos cidadãos; (III) e a natural, destinada aos filósofos. O Pastor Hiponense refuta esta classificação. Em primeiro plano, porque todas são incapazes de garantir a vida

218. De Civ. Dei, II,25

eterna²¹⁹. Em segundo lugar, porque Cristo é o único Mediador entre Deus e a humanidade. Só Nele, o homem é redimido e salvo.

“Ora, semelhante mediador não devia ser isento da morte nem permanecer para sempre seu escravo. Fez-se mortal, sem enfraquecer a dignidade do Verbo, mas desposando a fraqueza da carne. E não permaneceu mortal na carne, porque ressurgiu dos mortos. Fruto de tal mediação é não permanecerem eternamente na morte da carne aqueles cuja libertação teve de operar”²²⁰.

O aspecto cristológico do *De Civitate Dei* é a idéia que conduz todo o trabalho de Agostinho. Cristo é o fundamento e o fim da história humana, Ele é o fundador da cidade de Deus. Só Nele, a humanidade pode encontrar luz e inspiração para seus projetos²²¹. Ele é a meta, para a qual se dirigem os membros da cidade celeste. O Santo Pastor ressalta o papel de Cristo, não só como Mediador entre Deus e os homens, mas também como promotor e impulsionador da vida dos crentes, alimentando-os com a sua graça e o auxílio salutar dos sacramentos. Deus Pai, em Cristo, doa tudo o que o homem precisa para viver (os bens da terra e as dádivas celestes). Cristo, realmente, é a imagem visível da bondade e da Providência Divina.

Toda perfeição apresentada por Agostinho, na obra, tem o seu ponto de partida e chegada em Cristo. Nele, o Pai celestial concentrou a plenitude da santidade e do amor. Jesus é o centro dos eternos desígnios salvíficos, que Deus Pai preparou para a história humana²²². Ele é, ao mesmo tempo, o corpo e a cabeça da cidade de Deus, da qual faz parte a Igreja. Como Deus e como homem, Cristo reúne e unifica em si o querer divino com o querer humano no cenário da história²²³. Contudo, Ele o faz sem anular o livre-arbítrio, deixando margem para

219. Ibidem VI,12: “A vida eterna, ou seja, feliz e sem fim, apenas a dá Quem dá a felicidade verdadeira. Como se encontram convencidos de não poderem dá os que a teologia civil adora, não somente não se lhes deve culto pelas coisas temporais e terrenas, coisa por nós provada nos cinco livros anteriores, como também, e muito menos, pela vida eterna, que seguirá à morte”.

220. Ibidem IX,15.1

221.Cf. DIEZ, Jose Rodriguez. Cosmovisión de la Historia en San Agustín, AUGUSTINUS, Vol. XXXV,n. 137-138, Ener/Junio,1990,p. 200.

222.Cf. BORGHESI, Massimo. L’Età Dello Spirito e la Metamorfosi Della Città di Dio.In IL NUOVO AREOPAGO, V.4, Anno 13, 1994,p.10

223.De Civ. Dei. IX,15.2: Santo Agostinho afirma que Cristo veio unificar aquilo que o pecado original dispersara no cosmo e na natureza humana: aquela divisão, resultado do afastamento de Deus. A comunhão, pois, é fruto da graça.

as escolhas do homem, mesmo que estas nem sempre estejam em consonância com a vontade de Deus.

Varrão enganara-se, porque não considerou a mediação de Cristo. Sem esta, definitivamente, o conhecimento de Deus não é completo. Por isso, Santo Agostinho afirma:

“Ao Verbo de Deus incriado, Criador de todas as coisas, a mal-aventurada multidão de anjos maus, dizíamos, constitui oposição e impedimento, não interposição e auxílio, para a felicidade, obstaculizando-nos, de certo modo, a possibilidade de chegar ao único bem beatífico. Não é mediador por ser o Verbo, porque o Verbo, sumamente imortal e sumamente bem-aventurado, está longe dos míseros mortais. É mediador por ser homem, mostrando, assim, que, para alcançar o bem, não apenas feliz, mas também beatífico, não é necessário buscar outros mediadores, que nos preparem os degraus, portanto Deus, de quem emana toda a beatitude, dignando-se associar-se à nossa humanidade, nos associa, pelo caminho mais curto, à sua divindade”²²⁴.

Dessa forma, Agostinho declara a inutilidade do culto politeísta, a que os romanos estavam apegados e influenciados pela doutrina dos platônicos, que adquiria muitos adeptos²²⁵.

Na segunda parte da obra, que consta dos livros XI e XII, Agostinho expõe a origem e a finalidade das duas cidades. Com esses objetivos, ele recorre à Escritura para justificar o nascimento e o desenvolvimento da cidade terrestre e da cidade celeste, ao longo da trajetória da história da humanidade, marcando a presença e a atuação dos membros da Jerusalém do alto, que procuram, com humildade, fazer a vontade de Deus e, do outro lado, os estragos causados pela obstinada rejeição dos membros da cidade terrena aos preceitos divinos. Os primeiros movidos pelo *amor Dei* procuram testemunhar sua fé. Eles combatem, com as armas do amor e da Palavra, os males físicos e morais que acompanham as pérfidas ações dos membros da cidade terrestre, que são inspirados e guiados pelo amor sui, responsável por toda a sorte de calamidades que as comunidades e os povos experimentam. Os partidários do amor sui perseguem os do amor Dei, refutando seus princípios e modos de vida, porque este se interpõe com o

224.Ibidem

225.Cf. LA PIANA, Lillo . La L'unità strutturale del De Civitate Dei di Sant'Agostino, SALESIANUM, Annus L, n. 2, Aprilis/Iunius, 1988, p. 359.

testemunho, buscando somente em Deus a sua força e a sua esperança. A circunstância que suscitou a obra é uma manifestação evidente dessa realidade. O Hiponense tem certeza de que o Império Romano, apesar das inúmeras intervenções amorosas da misericórdia de Deus, não se deixou iluminar e conduzir pelo *amor Dei*²²⁶. Ele preferiu permanecer fechado no seu orgulho e na sua prepotência, rejeitando os claros preceitos da humildade e da comunhão que brotam da adesão ao Sumo Bem.

“A razão é que, enquanto uns se mantiveram no bem, comum a todos, que é para eles o próprio Deus, e em sua eternidade, verdade e caridade, os outros, embriagados por seu próprio poder como se fosse seu próprio bem, declinaram do bem beatífico, superior e comum a todos, aos seus particulares e, tendo por muito sublime eternidade o fausto de sua altivez, por verdade certíssima os artifícios da vaidade e por caridade mútua suas rivalidades, repletos de ódio, se tornaram, soberbos, enganadores e invejosos”²²⁷.

Santo Agostinho vê, no relato bíblico dos dois irmãos, Caim e Abel²²⁸, a chave de interpretação da história de todo o gênero humano. O amor perverso e o amor santo que conduzira a ação dos dois irmãos é o fator que divide os homens em bons e maus. Na verdade, Caim e Abel representam dois estilos distintos de vida. Um vive inspirado pelos valores do reino de Deus e o outro caminha centrado em si, confiando apenas em seus projetos e realizações pessoais, frutos do egoísmo.

“Estendida pela terra toda e nos diversos lugares, ligada pela comunhão da mesma natureza, a sociedade dos mortais dividi-se com frequência contra si mesma, e a parte que domina oprime a outra. Deve-se isso a que cada qual busca a própria utilidade e a própria cupidez, e a que o bem que apetece não é suficiente para ninguém nem para todos, por não ser o bem autêntico”²²⁹.

Depois de descrever o desenlace das duas cidades e os sentimentos que as animam, o Hiponense passa a relatar os fins, a que almejam e se destinam os membros de ambas cidades. Santo Agostinho revela que o desejo de felicidade ou beatitude eterna une as duas cidades, enquanto peregrinam sobre a terra. O que as

226. Cf. DIEZ, Ulpiano Álvarez. La Ciudad de Dios y su Arquitectura Interna, CIUDAD DE DIOS, V. CLXVII, Tomo I, 1955, pp.72-73.

227. De Civ. Dei, XII,1

228. “Entretanto Caim disse a seu irmão Abel: “Saíamos”. E, como estavam no campo, Caim se lançou sobre seu irmão Abel e o matou”. Gn 4,8.

229. De Civ. Dei, XVIII,2.1.

separa são os meios utilizados para alcançar dita felicidade, pois uns buscam a satisfação, unicamente, nos bens terrenos, desprezando o Sumo Bem, e outros se servem das comodidades desta vida para alcançar o cumprimento das promessas eternas. Assim, a cidade e seus respectivos representantes vivem, neste mundo, partilhando das mesmas carências e anseios, sendo que as vontades determinarão o destino final, preparado para ambas pelo Supremo Juiz e Legislador Eterno. Ele dará, como prêmio, aos seus eleitos a felicidade de uma paz perpétua e imperturbável²³⁰. Enquanto os membros da cidade terrestre receberão o devido castigo de suas culpas.

“Ao contrário, para os não pertencentes à referida cidade de Deus haverá miséria eterna, por outro nome, segunda morte, porque nem a alma, nem o corpo vivem. A alma, porque estará separada de sua vida que é Deus, e o corpo, porque sofrerá dores eternas”²³¹.

Embora *De Civitate Dei* tenha sido escrito para dar uma resposta a um problema dentro de um determinado contexto histórico, esta obra conservou, ao longo dos séculos, um valor insubstituível como relato histórico social. Ela contém, ainda hodiernamente, contribuições fundamentais de grande alcance. Estas poderão ajudar na construção, de uma civilização, onde os homens vivam em profunda harmonia, dando a Deus o que é de Deus, transpondo os seus interesses pessoais, almejando os coletivos e construindo os alicerces da cidade de Deus.

A obra *De Civitate Dei* é uma explanação, que valoriza o homem em sua vida em meio à sociedade. Ao mesmo tempo, ela denuncia o caráter egoísta e individualista de alguns cristãos que não se empenham em favorecer o bem comum. E é, neste contexto, que a fé cristã oferece o ideal do amor, que se torna a base para o alcance da concórdia e da justiça, para o estabelecimento da paz. A finalidade inicial da obra foi, simplesmente, apologética, como são algumas de suas obras. Ele escreveu, quase sempre, tendo em vista a solução para um problema imediato da Igreja de seu tempo. Como já foi dito, seus escritos não se limitaram à apologia da religião cristã. Quando fala do homem, parte de uma antropologia integral, suscitando o debate sobre a sua forma de agir.

230.Cf. GORDILLO, Jaime Ivàn Sánchez. La Virtud y el Orden del amor en la Ciudad de Dios, AUGUSTINUS, V. LI, n. 200-201, Ener/Jun, 2006, pp.135-136.

231. De Civ. Dei, XIX,28

2.2.2

A cidade terrestre e a celeste

A origem da expressão ‘cidade terrestre e celeste’ está, precisamente, no fato de Agostinho dividir, misticamente, a humanidade em dois grupos de indivíduos que aderem ou não aos preceitos evangélicos, assumindo ou renegando o *amor Dei*. Assim, enquanto a cidade celestial teve a sua inspiração no amor do Sumo Bem, a cidade terrestre fora edificada sobre o amor próprio, a soberba:

“Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloria-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus”²³².

Segundo Marcos Costa²³³, nesta separação que o Santo faz entre a cidade terrestre e a celeste, está incutida a noção das categorias metafísicas do bem e do mal. Trata-se, na verdade, de duas atitudes que podem ser tomadas pelas criaturas em relação ao Criador. De fato, da aceitação ou da recusa do senhorio de Deus depende a sorte individual e social dos homens. Qualquer opção que o ser humano faça pelo Sumo Bem, que é Deus, ou pelo mal, que é o seu orgulho, acarretará felicidade e paz, ou, do contrário, sua infelicidade.

O Santo Doutor Hiponense coloca que os homens foram criados para viverem em comunhão com a verdade absoluta, tal como os anjos, que permanecem ligados ao Criador em uma felicidade sem fim. Todo ser humano é chamado para participar da comunhão com o Amor. Ao definir em que consiste o bem e o mal, que, para ele está condicionado à aceitação ou rejeição da proposta de Deus, Agostinho insiste que não há nenhuma dicotomia entre o espírito e a matéria.

232. Ibidem XIV,18

233. Cf. COSTA, Marcos R. Nunes. A dialética das duas cidades, VERITAS, V. 43, n. 4, Dez, 1998, pp.1053-1069.

Tendo em vista que não existe oposição entre o espiritual e o material, entre a cidade dos anjos e a cidade dos homens, surge espontaneamente uma indagação: de onde surgiu, então, a cidade terrestre, símbolo daqueles que pretendem viver sem Deus? A resposta é clara: ela originou-se do livre-arbítrio do ser humano. Pela sua escolha, o homem fundou a cidade terrestre, que tem como fundamento o orgulho. A filosofia dessa cidade se baseia no egoísmo. Seus habitantes não amam o Criador nem os semelhantes. Mergulham no século e nas suas vaidades e se esquecem do fim para o qual foram postos na terra²³⁴. Ao contrário, os membros da cidade celeste se esforçam para colaborar com o bem-comum. Peregrinando na penumbra do tempo, eles vivem o aqui e o agora, na esperança da glória futura, que, por certo, não os impede de procurar a pax²³⁵.

A Cidade celeste abriga, em seu seio, uma multidão de homens e mulheres que vivem em sintonia profunda com Deus. Os anjos são os primeiros membros desta cidade. Foram criados para dar glória ao Criador, como o homem. É o objeto do amor que mostra a diferença entre as cidades: “Uma sociedade dos homens piedosos e a outra dos homens ímpios, cada qual com os anjos de seu grêmio, nos quais precedem, ali, o amor a Deus e, aqui, o amor a si mesmo”²³⁶.

Na *Cidade de Deus*, o Teólogo Hiponense lê a história civil à luz da história da salvação, pois é a partir do livro do Gênesis que as duas cidades ou sociedades têm sua origem comum. Adão é considerado o pai de ambas. A divisão fora ocasionada pelos seus próprios filhos, Caim e Abel. O primeiro se rebelou contra seu irmão, tirando-lhe a vida por inveja. A partir desse ato fratricida, nasceu a cidade terrena, composta por homens e mulheres dominados pelo amor próprio e pelas paixões desordenadas. Os cidadãos da cidade terrestre buscam suas forças e inspirações apenas na natureza, que em si não tem consistência, pois foi ferida pelo pecado²³⁷.

Os homens da cidade celeste confiam e agem impulsionados pela graça de Deus. Nesta, encontra-se o segredo da vitória e da conquista da verdadeira paz. Ao contrário, quando Agostinho se detém a comentar a fundação e o

234.Cf. CAMPELO, Moisés Maria. El Ordo Amoris Eje de la Historia, ESTÚDIO AGUSTINIANO, V. XI, Fasc. 3, Sept/Dic, 1976, p.451.

235. De Civ. Dei, XVII,20

236. Ibidem XIV,13.1

237. Cf. VENTOSA, Enrique Rivera. La Dialéctica del querer y del poder em San Agustín. In: AUGUSTINUS, V. XII,n.45;48, Ener./dic,1987, p.556.

desenvolvimento da cidade terrestre, mostra que, em seu seio, existem guerras e discordância, fruto de intrigas e rixas. Na verdade, não pode haver entendimento e comunhão, onde Deus não é o centro. Sendo o amor por excelência, Ele alimenta e dá vida àqueles que lhe são submissos. Com isso, as pessoas e as instituições se amam e se ajudam mutuamente, superando suas diferenças em prol de um objetivo comum, que é a paz. Quando Deus não encontra abertura no coração humano, por predominar, neste, a soberba ou o egoísmo, então se desencadeia uma série de lutas e guerras. Agostinho, como se sabe, ao debruçar-se sobre o desenrolar da cidade terrestre, coloca como exemplo desta, não só Caim e Abel, mas também os irmãos Rômulo e Remo, que lutam entre si até um matar o outro, movidos pelos sentimentos de inveja e ciúme²³⁸. Com esses testemunhos da história, ocorridos para mostrar a própria divisão que existe entre os membros da cidade terrestre, Agostinho quis salientar, mais uma vez, a impossibilidade de existir paz duradoura entre os cidadãos da polis quando vivem como se Deus não existisse²³⁹.

Não é difícil encontrar, em toda a história da humanidade, os vestígios dessas cidades; eles perpassaram os séculos. Não se pode deixar de reconhecer, no desfecho dessas duas cidades, a caminhada pessoal e comunitária de todos os povos. Tudo depende da direção que se dá ao amor. O amor de Deus conduz os seres humanos para a felicidade temporal, que é a paz e a concórdia. Elas são adquiridas pelo interesse em buscar o bem-comum. A paz definitiva, que só terá sua plenitude na Jerusalém celeste, depende da abertura a Deus e do empenho com que os homens se dedicam a antecipar, aqui na terra, a proposta do reino de Deus. Aliás, segundo a doutrina do Santo, o papel da cidade celeste é conquistar os homens para fazerem parte do seu grêmio, ou seja, atrair todos para serem promotores da paz²⁴⁰.

Quando se aborda as dimensões das cidades celeste e terrestre, apresenta-se também o fim para o qual ambas tendem. É notório que, embora as duas vivam no tempo, no mundo, elas marcham para fins diferentes²⁴¹. A cidade terrestre terá a sua conclusão aqui mesmo, na terra, pois depositou suas expectativas e esperanças

238. Cf. De Civ. Dei, XV,5

239. Ibidem XX,9.2-3

240. Ibidem XX,17

241. Cf. BUSQUET TRES, Pedro Busquet. Entre la Diferencia y la paz: El espacio de la tolerancia en el de Civitate Dei. In. AUGUSTINUS, V.XLV, n. 176-179, Ener-Dic, 2000, p.332.

nos bens mutáveis. Já a cidade celeste tem, em si, o germe da vida eterna. Seus cidadãos não se descuidam de suas responsabilidades terrenas, nascem, crescem e se multiplicam no mundo terreno, porém são sustentados, em seus empreendimentos e projetos, pela esperança da pátria definitiva. Usam dos bens materiais e das demais criaturas, mas não se apegam a elas, desprezando o Criador. Pode-se dizer que a cidade celeste ultrapassa o limiar do tempo, enquanto a terrestre termina aqui mesmo, dentro da temporalidade da matéria. Enquanto a primeira é pautada pelos valores eternos, a segunda nasceu e dá seus passos movida por ideais e propósitos puramente terrenos.

“Na paz final, entretanto, que deve ser a meta da justiça que tratamos de adquirir aqui na terra, como a natureza, estará dotada de imortalidade, de incorrupção, carecerá de vícios e não sentiremos nenhuma resistência interior ou exterior, não será necessário a razão mandar nas paixões, pois não existirão. Deus imperará sobre o homem e a alma sobre o corpo. E haverá tanto encanto e felicidade na obediência quanto bem-aventurança na vida e na glória. Tal estado será eterno e estaremos certos de sua eternidade. Por isso, na paz dessa felicidade e na felicidade dessa paz consistirá o soberano Bem”²⁴².

As duas cidades peregrinam sobre a terra. Elas andam misturadas pelos corpos. Vivem as mesmas vicissitudes, porém estão separadas pelos ideais. A cidade celeste procura identificar-se com a vontade do Criador, que é o amor que revitaliza e constrói. Já a cidade terrestre suplanta a vontade de Deus para fazer reinar seu próprio egoísmo. A grandeza do seu individualismo é tal que se julga portadora de todas as virtudes. Marcada pelo espírito de auto-suficiência, os membros da cidade terrestre vivem apenas para dar glória a si mesmos²⁴³. Desse modo, a tão almejada paz, anseio de todos os cidadãos, torna-se impraticável. Para se obter a paz é fundamental que haja o domínio das paixões, e isso, não é conseguido sem o auxílio divino. Nisto, o Santo Doutor enfatiza a necessidade de obedecer ao Criador:

“Por isso, enquanto não dominamos as paixões não há perfeita paz, porque os que resistem se debatem em perigosa peleja e os vencidos ainda não têm assegurada a vitória, mas requerem vigilante opressão. Nessas tentações, das quais a Escritura

242. De Civ. Dei XIX,27

243. Cf. DIEZ, Ulpiano Alvarez. La Ciudad de Dios y su Arquitectura interna, CIUDAD DE DIOS, V. CLXVII, Tomo I, 1955, p.73.

resumidamente diz: «não é porventura contínua tentação a vida do homem sobre a terra?»²⁴⁴.

Santo Agostinho, no seu realismo, não esconde que haverá justa provação para aqueles que se vangloriam de si e menosprezam a Deus. Cultuar o verdadeiro Deus, para ele, é algo indispensável, para que a cidade terrestre possa suplantar o pecado das depravações morais, pois, do contrário, não será possível a harmonia interior e exterior dos membros da sociedade. Desse modo, não se terá a reta ordem das coisas. “Por mais louvável que pareça o império da alma sobre o corpo, e da razão sobre as paixões, se a alma e a razão não rendem a Deus a homenagem da servidão que ele manda, tal império não é verdadeiro e justo”²⁴⁵.

Nestas palavras de Agostinho, estão as bases sobre as quais a cidade celeste está construída. Ao usufruir das criaturas, os cidadãos dela não esquecem Aquele que os criou e mantém. Já os cidadãos da cidade terrestre se apegam e se prendem àquelas como se fossem deuses, menosprezando Aquele que é a sua origem: Deus. Assim, tornam-se presas dos vícios e paixões humanas que os impedem de viver a paz consigo e seus semelhantes.

O Exímio Pastor diz que os membros da cidade terrestre anseiam pela paz até mesmo quando buscam a satisfação de seus prazeres e paixões. Contudo, essa paz temporal, que almejam e pela qual trabalham, é transitória, frágil, sem consistência, pois, de fato, não está alicerçada em Deus²⁴⁶. A desilusão desta paz acontece, porque todos são chamados a viver com Deus eternamente, mas alguns trocam o imutável pelo mutável, ocasionando a perda da paz temporal, enquanto que os cidadãos da cidade celeste já participam, de certo modo, dos benefícios da paz definitiva²⁴⁷.

Para o Santo Teólogo, a paz da cidade dos homens está condicionada ao reto uso dos bens materiais. Eis, aí, precisamente, a falha de alguns membros da cidade terrestre que usam dos tesouros deste mundo como fim absoluto. Em outras palavras, não buscam, através da criação, o Supremo Dominador, mas fazem da matéria seu deus. No entanto, a paz para a qual todos tendem, sejam membros da cidade terrestre ou celeste, pode ser experimentada por ambos. Porém, de acordo

244. Cf. primeiro parágrafo do De Civ. Dei XIX, 27

245. Ibidem. XIX, 25

246. Cf. Ibidem XIX, 14

247. Cf. BUSQUET TRES, Pedro. op. cit., p.345

com o que já foi exposto, os membros da cidade celeste sabem que a paz da alma, que é a mais importante, será experimentada por eles, pois ela é fruto do domínio das paixões. Os membros da cidade terrestre gozarão apenas da paz terrena, imperfeita. Isso é o que Agostinho deixa transparecer na *Cidade de Deus*:

“O uso dos bens necessários a esta vida mortal é, portanto, comum a ambos os casos, mas, no uso, cada qual tem um fim próprio e modo de pensar diverso do outro. Assim, a cidade terrestre, que não vive da fé, apetece também a paz terrena; porém firmam a concórdia entre os cidadãos que mandam e os que obedecem, para haver, quanto aos interesses da vida mortal, certo concerto das vontades humanas. Mas a cidade celeste, ou melhor, a parte que peregrina neste vale e vive da fé, usa dessa paz por necessidade, até passar a mortalidade, já que precisa de tal paz”²⁴⁸.

A busca pela paz dos cidadãos da cidade terrestre está, continuamente, mesclada com o desejo de poder e vingança. Eles provocam insatisfações e, até mesmo, revoltas e guerras, fatos que se tornam fortes empecilhos para a concretização da almejada paz. O Doutor de Hipona afirma que a perfeita ordem social só será possível, quando os membros da cidade terrena, e, em primeiro lugar, os que governam, se abrirem para a prática dos preceitos de Deus, única garantia de paz²⁴⁹. Neste sentido, o Império Romano, que o Santo Africano vislumbrava ao redigir a *Cidade de Deus*, é o representante da cidade terrestre por excelência, pois abrigava, em seu seio, vários homens e mulheres, incluindo aqueles que detinham o poder, que adotavam princípios contrários à Verdade Suprema, que é Deus. Com isso, passaram a viver mergulhados no individualismo, dominados pela avareza, cobiça e idolatria. Desta forma, a paz não era possível. Para o Santo Hiponense, os membros da cidade terrestre pretendem edificar a paz temporal a partir de seus próprios interesses, subvertendo a ordem divina:

“Os maus combatem pela paz dos seus e, se possível, querem submeter todos, para todos servirem a um só (...). Odeiam a justa paz de Deus e amam a sua própria, embora injusta. Impossível é que não se ame a paz, seja ela qual for”²⁵⁰.

248. De Civ. Dei XIX,17

249. Cf. VENTOSA, Enrique Rivera. Relación entre Ejemplarismo y cultura en la Concepción Agostiniana de la historia. In: AUGUSTINUS, V. XXXIV, n.133, Ener/Jun,1988,p.560.

250. Cf. nota 216

Assim, aquilo que os membros da cidade terrestre chamam de paz, para Agostinho, nem merece este denominativo, pois não está fundada na vera charitas, que consiste em amar a Cristo e, por Ele e nEle, todas as coisas²⁵¹.

2.2.3

A paz “na e da” cidade de Deus

Para o Santo Pastor a expressão ‘cidade de Deus’ abarca todos aqueles que, embora vivam neste mundo terreno, procuram fundamentar sua caminhada em Deus, Supremo Legislador e Juiz de todas as coisas. A cidade de Deus caminha no tempo, mas já é prelúdio da glória futura. Em seus membros, já, se contempla a pax coeli, que aos filhos de Eva não lhes é possível, porque optaram pelas trevas.

Deduz-se da leitura dos livros XIV - XIX que a paz não é uma mera imposição social. A paz é algo constitutivo da natureza humana, que não pode viver sem ela. O Exímio Pastor defende, veementemente, que, tanto os membros da cidade celeste, quanto os da cidade terrestre, buscam a paz²⁵². Os primeiros, pelo reto uso dos bens deste mundo, têm a paz eterna como fim último. Os outros almejam apenas a paz temporal que tem seu fim somente neste mundo.

A paz da cidade de Deus²⁵³, ou *tranquilitas ordinis*, é o ordenamento da própria existência, segundo a lei natural que o Criador imprimiu no íntimo do ser humano²⁵⁴. Trata-se de um conjunto de princípios que auxiliam o homem na implantação da paz, pois corroboram para que haja ordem na vida do ser humano e no Cosmo, e se chegue a Deus.

251.SANTO AGOSTINO, En. In. Psalmos CXIX,9. In. *Esposizioni Sui Salmi*, V. XXVII, Roma, Città Nuova, 1976:“Amate pacem, amate Christum; si enim amant pacem, Christum amant, (...). Quia de Christo ait Apostolus: “Ipse est enim pax nostra”.

252. O teólogo de Hipona assegura que a paz tem raiz ontológica. Até mesmo aqueles que fazem o mal e, portanto, perturbam a paz da cidade terrestre, assim agem almejando certa paz. No entanto, Santo Agostinho chama-a de injusta, pois exclui Deus desde o princípio.

253. Segundo Santo Agostinho com esse termo se denomina os membros da sociedade, ora movidos pelo amor Dei, ou seja, andam pela via da humildade; buscam em tudo o louvor de Deus e usam desta realidade terrena não como fim, mas como meio de ascender sempre mais para o Criador.

254. Cf. Conf., II,4.9

“Então, para exprimir em poucas palavras, o quanto possível, a noção impressa em nosso espírito dessa lei eterna, direi que ela é aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas”²⁵⁵.

Embora a paz da cidade de Deus não seja definitiva, ela constitui, ainda de modo remoto e imperfeito, um farol de luz e esperança entre as vicissitudes temporais²⁵⁶. Os cidadãos deste mundo, vivam ou não da fé, necessitam da paz. Porém, aqueles que se apóiam em Deus podem colaborar na construção da paz. Já que respeitam as leis justas, e reconhecem, na criação, as centelhas da bondade divina. Há uma ordem natural do universo, propícia para a paz²⁵⁷.

Outro aspecto da paz é que os membros da cidade celeste podem influenciar a sociedade através das iniciativas em prol da paz terrena. Essa, porém, não é definitiva. No entanto, pode-se almejar a justa paz, que tem seu início neste mundo e sua plenitude na cidade eterna. A justa paz, que os filhos de Deus buscam funda-se na reta ordem do amor. Esse preserva do concupiscente desejo de domínio, o inimigo da paz, tanto terrena quanto celeste.

Pode-se afirmar que a paz da cidade celeste é transcendente, pois ela remete sempre para a paz definitiva. Os membros desta cidade possuem consciência de que, nesta realidade material, não se pode desfrutar plenamente da paz. No entanto, como já foi assinalado, esse caráter transcendente da paz não anula ou diminui a missão dos membros da cidade celeste neste mundo. Para Agostinho, as necessidades básicas do ser humano, como alimentação, respiração, água, quando não satisfeitas, provocam inquietação que perturbam a paz terrena. Os cidadãos da cidade celeste também usufruem dos bens deste mundo²⁵⁸. Eles foram destinados pelo Criador para proporcionar conforto e alívio. De fato, o uso dos dons de Deus não distrai os membros da cidade celeste da meta para a qual se dirigem. A paz oriunda do manuseio dos bens materiais é um dom. Até mesmo os mais humildes bens tiveram a sua origem em Deus. E, justamente por isso, é, pelo poder divino, que eles foram dispostos ao serviço das duas cidades.

255. De Lib. Arb. I, 6.15. In: Dialoghi, V. III/2, Roma, Città Nuova, 1976-1992. “Ut igitur breviter aeternae legis notionem, quae impressa nobis est, quantum valeo verbis explicem, ea est qua iustum est ut omnia sint ordinatissima: tu si aliter existimas...”

256. Cf. De Civ. Dei, XVIII, 49

257. Cf. ALIGI, Luigi. Fede e Storia nel De Civitate Dei: la civitas peregrina. In: Atti Jornadas Agustinianas XVI centenario de la conversión de San Agustin, Madrid, Federación Agustiniiana Espanola, 1988, pp. 331-345.

258. Cf. nota 246

Os membros da cidade celeste procuram com todas as forças trabalhar para usufruir dos benefícios da paz, que os bens deste mundo podem oferecer sem perder de vista o gozo da paz de Deus. Já, a cidade terrena trabalha, exclusivamente, para o bem desta vida finita e fugaz. A base da paz dos cidadãos da cidade celestial é o amor divino, que subtrai da falsa caridade, que visa somente os interesses particulares²⁵⁹. Dominando as paixões desordenadas, inclusive o desejo exacerbado de poder, os membros da cidade celeste conseguem manter a paz, que, à sua volta, tem seu ponto de partida no coração humano²⁶⁰.

A paz da cidade celeste pode ser considerada superior àquela terrestre, porque fixa suas raízes na eternidade. Vive, neste mundo, cercada de desafios, ancorada pelo testemunho de tantos que já gozam definitivamente do beneplácito da paz celestial. A cidade celestial participa das instabilidades, êxitos e fracassos da cidade terrestre, pois vive no mesmo contexto histórico²⁶¹. Entretanto, reage movida pela esperança do porvir de dias melhores. Essa certeza impele os seus membros na construção de estruturas justas e solidárias, capazes de garantir a paz na sociedade humana. A glória de Deus, que os crentes buscam, se realiza e se vislumbra através dos feitos humanos. Quando, neste mundo, se goza da paz, ainda que provisória, os componentes da cidade celestial também usufruem de consolação e ânimo²⁶².

A paz da cidade celeste é dita também imperfeita²⁶³, porém os amadores do Deus Verdadeiro conseguem mantê-la neste mundo, pois ela não é de caráter exterior. Quem está unido a Deus conserva a paz, mesmo que no seu contexto social haja guerras e divisões. Assim, os membros da cidade celeste podem, nos tempos de crise, irradiar paz para seus semelhantes. A tranquilidade da ordem que os membros da cidade usufruem neste mundo, mesmo marcado pelas agitações e

259.Cf. GARCIA-JUNCEDA, J.A. La sociedad y la paz. In: La cultura cristiana y San Agustín. Madrid, Editorial Cincel, 1998, p. 183.

260.En In Psalmos, XXXV, 5: "...Saltem in cubículo cordis, ut tollas te ad interiora conscientiae tuae. Si ibi invenisti forte coniugem, quae tibi non faciat amaritudinem sapientiam Dei, cum ipsa coniungere, quiesce intus in cubículo tuo, non inde te eiciat fumes malae conscientiae".

261.Cf. ORTEGA, Juan Fernando. La paz y la guerra en El pensamiento agustiniano. In: REVISTA ESPAÑOLA DE DERECHO CANÓNICO, V.XX, n.58, Ener/Abr, 1965,pp. 16-17.

262. Cf. nota 256.

263. De Civ. Dei XIX,10: No sentido de que não é ainda eterna. Está condicionada aos limites da matéria. Ela vive em meio das instabilidades da sociedade humana, ansiando pelo gozo da paz sem ocaso.

desenlaces dramáticos, pode suscitar, na cidade terrestre, desejo de caminhar pela via do bem.

A paz da cidade celeste está radicada em Deus e o reflexo dessa paz, neste mundo, somente é possível²⁶⁴, porque existe a cidade santa²⁶⁵. Tal paz caminha em meio aos valores transitórios. Dentre estes, destaca-se a paz temporal, que, como já se mencionou, é um valor comum para os cidadãos das duas cidades. A ordem natural que está presente na estrutura deste mundo, converge para a paz²⁶⁶. No entanto, a paz não acontece, porque os membros da cidade terrestre alteram as leis da criação, movidos por objetivos egoístas de lucro e domínio. Colocam suas esperanças de felicidade apenas nos bens materiais. Vivem em torno dos bens mutáveis, desprezando a Deus, Bem Imutável. Os cidadãos da cidade celeste, alimentados pela paz celestial, pelo seu empenho e dedicação, organizam os bens temporais sem, contudo, negligenciar os valores espirituais²⁶⁷. Estes, por certo, são os canais, através dos quais, a paz da cidade celeste é constantemente fortalecida. Assim, a paz da *Civitas Dei* não é abstrata, porque vive inspirada no alto. Ela é construída pelo reto uso dos bens materiais, pois os membros da cidade celeste sabem que o fim de toda a criação é Deus. Ele é o Soberano, a luz da cidade do alto, onde não se precisará, nem aspirará pela paz, pois, ali, ela reina eternamente.

264.Cf. CAMPELO, Moisés Maria. El ordo amoris eje de la Historia. In: ESTÚDIO AGUSTINIANO, V. XI, fasc 3, Sep/Dic, 1976,p.469.

265.Cf. De Civ. Dei XV,1.2: Para Santo Agostinho esta expressão evoca os justos que já vivem com Deus para sempre. A visão do Sumo Bem lhes proporciona o repouso eterno em Deus, onde desfrutam da paz e da felicidade perpétua.

266. Cf. De Ord. II, 1,8. 24.

267. Cf. De Civ. Dei, X,25: Por este termo se classificam a fé, a esperança e a caridade. Para Santo Agostinho qualquer sociedade só goza de paz quando é fiel aos seus fundamentos naturais, ou seja, aos valores materiais, intelectuais, morais e espirituais.

2.2.4 Agostinho e a guerra

O Santo de Hipona é considerado, pelo estudioso Gregory J. Combaro²⁶⁸, como um dos primeiros Padres da Igreja Ocidental a comentar sobre a problemática da guerra. Porém, ele o fez sob a ótica da paz, acreditando que a vocação do ser humano é o anseio e a busca da paz. A guerra é o último meio que o homem deve empregar e, quando for necessário, deve ser sempre para reconquistar ou coibir aquelas ações que atentam contra a paz e a segurança dos cidadãos²⁶⁹.

Em Santo Agostinho, existe a possibilidade de uma guerra ser chamada ‘justa’. Ele, realmente, chegou a determinar alguns critérios que a justificam²⁷⁰. Contudo, no *De Civitate Dei*, ele deixa evidente que uma boa parte das guerras do Império Romano foi motivada por apetites mesquinhos e gananciosos²⁷¹. As guerras são, quase sempre, injustas, pois não visam corrigir os danos morais e materiais ocasionados pela sede de poder, nem restituir aquilo que fora usurpado dos legítimos donos.

As colocações do Teólogo Africano acerca da guerra justa enfatizam a função da autoridade no discernimento da possibilidade, ou inconveniência, de uma guerra. A decisão da autoridade é determinante, pois ela, não só expressa a vontade de Deus, mas também dá o beneplácito da guerra²⁷².

Na concepção de Agostinho, as guerras, quando legítimas, são oportunidades para o exercício das virtudes humanas e cristãs. Na realidade, aqueles que combatem devem fazê-lo com espírito de amor à pátria atingida pelo

268.Cf. COMBARDO, J. Gregory. La doctrina de San Agustin sobre la guerra y la paz.In: AUGUSTINUS, V. XXXVI, Ener/Dic, 1991, pp.175-179.

269. Epist 229,2, In: Le Lettere, V. XXIII, Roma, Città Nuova, 1974-2005: ...”Sed maioris est gloriae, ipsa bella verbo occidere, quam homines ferro; et acquirere vel obstinere pacem pace, non bello”.

270.De Civ. Dei, IV,15: “A iniquidade daqueles contra quem se travaram guerras justas auxiliou o crescimento do reino. Esse, na realidade, seria pequeno, se a justiça e a paz dos povos vizinhos nao o levassem, por causa de alguma ofensa, a declarar-lhes guerra... Por isso, guerrear e dilatar o reino, senhoriando povos, aos maus parece ventura, e aos boa necessidade. Mas, porque seria pior que os mais justos se vissem dominados pelos injustos... Vemos haver essa injustiça contribuído grandemente (...) para dar a Roma pretexto de empreender contra eles guerra justa...”

271. Cf. Ibidem IV,23

272.Cf. Quest. Hept. VI, 10. In:Locuzioni e Questioni sull’Ettateuco, V. XI/2, Roma, Città Nuova, 1998

inimigo e com a obrigação de levar em consideração o bem espiritual dos desordeiros ou ladrões, que também precisam de correção de seus erros e atrocidades, já que a respectiva autoridade não os puniu, nem restituiu os bens por eles extorquidos. O Pastor de Hipona lembra que a violência deve ser evitada a qualquer custo, pois ela inutiliza o fim para o qual a guerra foi declarada²⁷³. Santo Agostinho reprovava o mau uso das armas com o objetivo da simples ostentação do poder ou da glória humana. Ele não se cansa de repetir que a guerra é uma necessidade circunstancial ocasionada por ações degradantes da natureza do homem marcado pelo pecado original. Na realidade, Agostinho aconselha a todos, sobretudo àqueles que ocupam cargos de destaque na sociedade, a pedirem a Deus que lhes livre dessa necessidade. Assim, para o Hiponense, tanto a guerra, quanto a paz fazem parte do horizonte da sociedade; a primeira é sempre uma calamidade, ainda que motivada por razões justas; a segunda corresponde à verdadeira vocação do homem.

A expressão ‘guerra injusta’ ou ‘guerra ofensiva’ está presente no pensamento agostiniano, segundo Nello Cipriani, como algo horrendo e completamente condenável, pois vai contra o projeto do Criador de uma convivência justa entre os homens²⁷⁴. A guerra ofensiva tem, como fim principal, o poderio e o domínio de um povo, para satisfazer os apetites da vanglória humana. Ela serve apenas para justificar a violência e os massacres desencadeados durante as batalhas.

O Doutor Africano, quando condena o espírito guerreiro do Império Romano, descreve, ao mesmo tempo, as destruições e os crimes que os romanos cometeram, movidos pela sede de expandir seus domínios e subjugar outros povos²⁷⁵. De fato, Agostinho deixa transparecer que o Império Romano andou, quase sempre, sob o signo das guerras. Quanto mais Roma ampliava seus territórios à custa das armas, aumentavam o número dos seus inimigos e, por conseguinte, expunha-se à revanche dos povos que havia arruinado. Dessa forma, o Império distanciava-se da paz e, como consequência, terminou por não garantir,

273. Epist. 189,6: “Hoc ergo primum cogita, quando armis ad pugnam, quia virtus tua etiam ipsa corporalis donum Dei est. Sic enim cogitabis de dono Dei non facere contra Deum. Fides enim quando promittitur, etiam hosti servanda est contra quem bellum geritur; quanto magis amico pro quo pugnatur”.

274. Cf. CIPRIANI, Nello. La violenza nel pensiero di S. Agostino. In: PAROLA SPIRITO E VITA, V. 1, n. 1, Genn/Giu, 1998, p.248.

275. Cf. De Civ. Dei, IV,7.

nem sequer, a paz interna de seus cidadãos²⁷⁶. Para o Santo, este é o exemplo clássico de uma guerra ofensiva que, ao contrário da guerra justa, só visa destruir e saquear por interesses torpes de natureza irracional. O Doutor da Trindade acreditava que os romanos buscavam a paz através de suas façanhas militares, mas somente, em algumas situações, tiveram seus desejos de cobiça alcançados, pois a verdadeira paz não se adquiri, senão, pelo caminho do amor e da justiça²⁷⁷.

O Doutor da Graça descreve o porquê das guerras empreendidas pelo Império Romano serem consideradas injustas e privadas de bom senso, pois, tinham, como único fim, a expansão do território romano. Para concretizar esse objetivo, os romanos sacrificavam até laços de família e a tranquilidade que poderiam ter desfrutado, se tivessem cultivado a paz com os povos vizinhos.

“Que pela morte dos concidadãos, familiares, irmãos e pais se atormentavam ou com alegria infernal se alegravam das vitórias dos maridos. Acrescente-se que, como a sorte das guerras é eventual, umas, por causa da espada dos pais, perdiam os maridos; outras, por causa das espadas de ambos, se viam despojadas dos pais e dos esposos. E não foram de pouca monta, entre os romanos, semelhantes reveses, pois chegaram a por cerco à cidade e defendiam-se a portas fechadas”²⁷⁸.

A guerra injusta, com seus fins de cobiça e avareza, acaba ignorando os direitos inalienáveis da pessoa humana, reduzindo-a a um simples objeto de lucro e consumo. A dignidade do ser humano é vilipendiada pelas opressões e injustiças a que são submetidas. Somente dentro deste contexto entende-se por que Santo Agostinho admite o recurso da guerra, que, na opinião dele, pode ser chamada justa, se tem, como fim, a defesa da vida e a restituição da liberdade dos cidadãos²⁷⁹.

276. Ibidem III,19: O espírito de guerra do Império Romano tornou-se tão exacerbado que comprometeu as próprias finanças, acarretando dificuldades econômicas junto com perdas morais. As constantes batalhas ocasionavam crescente diminuição da população. A degradação dos vícios, favorecida pela soberba e vaidade dos governantes, suscitou uma instabilidade interna que comprometia a serenidade da vida social.

277. Para Agostinho o conceito de paz injusta está associado à realização de desejos e metas que visam somente o “bem” de determinada pessoa ou grupo que luta, para a realização de seus caprichos, sacrificando os interesses da coletividade.

278. De Civ. Dei, III,13.

279. De Lib. Arb. I,5: “Ora, a própria lei ordena ao soldado de matar o inimigo (...). Com efeito, a morte de agressor injusto é mal menor do que a de um homem que mata em legítima defesa... Quanto ao soldado ao matar o inimigo, é ele mesmo o ministro da lei. Razão pela qual lhe é fácil cumprir seu dever, sem qualquer paixão. Além do mais, a própria lei que foi promulgada para a defesa do povo não merece acusação alguma de ser portadora da qualquer paixão”.

O Santo de Hipona define a guerra injusta, não somente, como um rebaixamento da condição humana, mas como uma afronta ao Criador, que ‘plasmou o ser humano à sua imagem e semelhança’²⁸⁰. Deus, para o Teólogo do Amor, é Paz: descoberta e experiência que o cristianismo lhe proporcionou. Para o Doutor da Paz, só abrindo-se para Deus o homem pode, reconciliado consigo, viver em paz com o próximo. O Bispo de Hipona, realmente, só encontrou a paz e a serenidade, quando seu coração abriu-se para Deus²⁸¹.

A guerra ofensiva é sempre um mal, pois rompe com o equilíbrio universal que é responsável pela paz em todo o Cosmo²⁸². Assim, a guerra é uma subversão da harmonia que existe em toda criação, sendo que essa começa a perder-se no interior do homem, quando ele não controla suas paixões e desejos desordenados.

Para Santo Agostinho, a paz é um bem, porque é o estado original em que Deus criou o homem. A guerra é injusta, porque expulsa, primeiro, a paz interior e, depois, rouba o espírito de concórdia entre os cidadãos. Neste sentido, deve-se compreender por que a paz, por excelência supõe uma batalha contínua, que se trava no interior do homem e, sem a qual, a paz não é possível²⁸³.

A paz é um dom supremo, porque é o próprio Deus, habitando no coração humano e proporcionando a verdadeira felicidade. No entanto, existe, também, uma guerra para manter este estado de tranquilidade. De fato, o Hiponense afirma que, depois da rebeldia do primeiro casal, só goza de paz quem vence as paixões, submetendo seus desejos aos ditames da razão. No entanto, a paz não é mero fruto do esforço humano e das estruturas externas. O seu alicerce está na fé e na caridade, que oferecem, ao homem, o apoio e a assistência da Graça Divina²⁸⁴.

A soberba é aliada da guerra, pois sugere que a autêntica realização do ser humano encontra-se no amor desordenado a si mesmo e na busca frenética de suas realizações pessoais, sugerindo-lhe que a felicidade só pode ser alcançada na perspectiva individual, subjetiva. Em nome desta, tudo deve ser sacrificado. Os direitos do outro aos bens materiais, à liberdade e à segurança, são desprezados,

280. Cf. Gn 1,26.

281. Cf. Conf., III,10.

282.Cf. ANDRÉS, Laureano. La Dialectica de la paz em San Agustín y el concepto de la guerra em la Iglesia. In: Atti da XI Jornadas de Filosofia Agustiniiana “La Conversión de San Agustín, Universidad Católica, Caracas, 1996, p. 123-142.

283. Para conservar a paz interior, o homem precisa vencer os apetites das paixões que clamam satisfação. Santo Agostinho enfatiza o auxílio da graça Divina como meio indispensável para obter vitória sobre elas.

284. Nota 244.

quando se antepõem aos interesses de grupos determinados. Essa foi a realidade que o Teólogo da Graça constatou quando escreveu a Cidade de Deus.

Em Agostinho, seja a guerra injusta ou mesmo justa, é sempre uma miséria deste mundo, que, tanto seja possível, deve ser evitada²⁸⁵. Quando fracassadas todas as tentativas, não for possível extirpá-la, deve-se, pelo menos, encará-la como uma provação. O Bispo de Hipona afirma que a Providência Divina se aproveitará da situação em benefício da salvação da humanidade. Para quem procura conformar sua vida aos preceitos divinos, tudo está nas mãos de Deus. Os progressos e infortúnios da história podem resultar em bem²⁸⁶.

2.3

A paz em algumas obras de Agostinho

2.3.1

Nas confissões

Com a finalidade de relatar o processo de sua conversão o Teólogo escreveu, alguns anos após o seu encontro com a fé (397-400 d.C.), o livro de suas Confissões, no qual revela a sua busca inquieta pela Verdade. Este livro relata um itinerário fascinante e dramático de um ser humano sedento de paz e felicidade, embora vivesse mergulhado no mundo dos prazeres. Ao longo dessa obra, o Agostinho louva a Deus pela Sua bondade e misericórdia, pois tem plena consciência de que foi a ‘mão de Deus’ que lhe conduziu ao porto seguro das certezas definitivas, libertando-o de suas angústias existenciais, dando-lhe a paz que buscara em vão nos desregramentos morais²⁸⁷.

Nas suas confissões, o Pastor de Hipona trata da paz como algo estritamente vinculado e condicionado ao encontro da criatura com seu o Criador. O homem foi criado para viver na comunhão com Deus, que é o fim para o qual Deus mesmo semeou, no íntimo do ser humano, o anseio pela paz. O homem só será

285. Cf. LOMBARDO, Gregory J., op. cit., p.177

286. Cf. De Civ. Dei, I,7.1.2

287. Cf. Conf., I,1.2.

plenamente satisfeito quando repousar em Deus²⁸⁸. Na verdade, a paz, para Nosso Autor, é deixar-se guiar pelo Espírito de amor e de bondade que age dentro do homem, preparando-o e iluminando-o para o encontro com a Sabedoria Eterna, que é o próprio Deus²⁸⁹.

O Pastor da Caridade, partindo da realidade de seu próprio itinerário pessoal, constata que a paz é, antes de tudo, um estado interior do homem que toma consciência da sua condição de pobre criatura, necessitada de amor e misericórdia, e se lança nas mãos de Deus,²⁹⁰ único que pode conceder a paz e o descanso:

“Quem desembaraçará este nó assim tão complicado e emaranhado? E uma ação indigna; nela não quero pensar, não quero analisar. Eu quero a ti, ó justiça, ó inocência, ó beleza que atrai o olhar dos virtuosos, que em ti se satisfazem sem jamais se saciar. Junto de ti existe paz profunda e vida imperturbável”²⁹¹.

A outra dimensão da paz, presente no livro das Confissões, é a sua prerrogativa de dom. Por isso, ele se dirige a Deus, Criador e fonte de onde procedem todas as dádivas, suplicando a paz, recorrendo às palavras da Sagrada Escritura: “Senhor Deus, concedei-nos a paz, tu que tudo nos deste. Concedei-nos a paz do repouso, a paz do sábado, uma paz sem ocaso”²⁹². Nesta passagem, expressa-se o desejo de obter a paz de maneira definitiva. O Doutor da Caridade tem, em mente, uma paz que ultrapassa o limite do tempo e remete à eternidade. Santo Agostinho acredita que a paz, nesta terra, é apenas um preâmbulo daquele estado de espírito que Deus assegura aos justos e escolhidos da cidade eterna. Para ele, a paz só será completa, quando o homem viver face a face com Deus. A paz deste mundo é imperfeita e instável, ela depende das vicissitudes da história. Além disso, o homem vive circundado por uma infinidade de solicitações e cuidados da matéria, que o impedem de voar livremente, ao menos em pensamento, para as plagas da Beleza infinita, onde já reina a paz eterna.

288. Cf. *Ibidem* I,3.

289. Cf. *Ibidem* XII,9

290. Cf. OROZ RETA, José . El humanismo de San Agustín- Mistèrio, grandeza y misèria del hombre. In: VERBO DE DIOS Y PALABRAS HUMANAS, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1988. p.197.

291. Conf. II,10.

292. Is 26, 12.

“A quem falar? Como falar? Não se trata de lugares materiais, onde submergimos e de onde emergimos. Que há mais semelhante e, ao mesmo tempo, menos afetos e sentimentos, a impureza do espírito a deixar-se arrastar para baixo, por amor às preocupações. E, por outro lado, a santidade do teu Espírito que nos leva, por amor, à tranqüilidade, a fim de que tenhamos os corações no alto, perto de ti, onde o teu Espírito paira sobre as águas e, assim, cheguemos ao sublime repouso, depois de nossa alma ter atravessado as águas que não têm substância”²⁹³.

Quando faz as suas confissões, o Hiponense deixa transparecer que a paz não constitui uma simples necessidade da contingência humana, como outra qualquer. Ela é o maior anseio do ser humano, que nenhuma realização terrena consegue satisfazer, pois está predisposta para o infinito²⁹⁴. Ela recorda-lhe, constantemente, seu destino último, ou seja, sua vocação para a transcendência²⁹⁵.

O pensamento da paz eterna em Deus, ao final deste mundo, não isenta os eleitos de suas atuais responsabilidades no seio da sociedade. O Nosso Teólogo enfatiza que aqueles, que aguardam o cumprimento das promessas de Deus, o fazem esforçando-se para colaborar²⁹⁶ para a transformação daquelas situações de pobreza material e injustiça, em que muitos se encontram neste mundo.

“As almas que têm sede de ti e que aparecem, aos teus olhos, separadas do mar por outro fim, tu as rorejas com doce e misterioso orvalho, para que a terra dê seu fruto. A terra, com efeito, dá seu fruto, e a nossa alma, ao teu comando, Senhor Deus, germina obras de misericórdia, segundo sua condição, amando o próximo e ajudando-o em suas necessidades materiais. Ela, em si, tem a semente de acordo com a nossa fraqueza, que nos leva a ajudar os necessitados, na medida em que desejaríamos que nos auxiliassem, caso tivéssemos as mesmas necessidades (...). Assim, arrebatamos das mãos dos poderosos aquele que sofre injustiça e o abrigamos sob a proteção da força inflexível de um justo julgamento”²⁹⁷.

Para o Santo Teólogo, somente quem faz a experiência de Deus pode, reconciliado consigo mesmo, gozar de paz e, assim, exercitar o amor ao

293. Conf., . XIII, 35.

294. Cf. MEIS, Anneliese. Paz y violencia segun San Agustin- De Civitate Dei XIX,10-17. In: TEOLOGIA Y VIDA, 1984, p.45.

295.En. In. Salmos, 64,4: “Qualis ergo est ista pax, quam hic habent homines tantis resistentibus molestiis, cupiditatibus, indigentibus, lassitudinibus? Non est ista vera, non est perfecta pax. Quae erit perfecta pax?... Quando ergo absorpta fuerit mors in victoriam, non erunt ista; et erit pax plena et aeterna...”

296. Cf. Conf., XIII,17.

297. Ibidem XIII,21.

próximo²⁹⁸. Aqui, o mergulho na paz divina é pressuposto indispensável para uma caridade perfeita. Nosso Autor acredita que o amor autêntico procede de um coração pacificado e sereno. Por isso, nas Confissões, encontra-se uma visão da paz que, embora flua do encontro do homem com a graça, tem suas consequências no convívio social, pois, apesar da sua forte conotação escatológica, não desconecta o homem do horizonte terreno, ao contrário, sustenta-o na prática do bem.

“Nós somos, agora, levados a praticar o bem, depois que o nosso coração o concebeu inspirado pelo teu Espírito, enquanto antes éramos impelidos a fazer o mal, porque te abandonávamos. Mas tu, meu Deus, que és o único bem, não cessaste de fazer o bem. Por tua graça, realizamos algumas obras boas, mas não são eternas. Depois de as termos praticado, esperamos repousar na tua imensa santidade. Mas tu, que és o bem que não necessita de nenhum outro bem, estás sempre em repouso, porque tu mesmo és o teu repouso”²⁹⁹.

A paz, nas Confissões, reconhece que há uma ordem determinada por Deus, segundo a qual toda criação, pelo afastamento da desobediência, perdeu o seu lugar, e, por isso, não desfruta de paz, enquanto não se voltar para Aquele que criou todas as coisas.

“Na tua boa vontade temos a paz. Todo corpo, devido ao peso, não tende só para baixo, mas também para o lugar que lhe é próprio. Assim, o fogo tende para o alto, a pedra para baixo. Por seu peso, são impelidos para o justo lugar. O óleo, derramado sobre a água, aflora à superfície; a água, jogada sobre o óleo, submerge. São ambos impelidos por seu peso a procurar o próprio posto. Onde há desordem reina a agitação e, não ordem, reina a paz”³⁰⁰.

2.3.2 Discursos

Quando o Doutor da Caridade explicou o significado da sétima bem-aventurança³⁰¹, no capítulo quinto do Evangelho de Mateus, ele, mais uma vez, afirmou que a paz é consequência de uma luta travada no interior do homem.

298. Cf. DE BRABANDERE, M. Doctrina Agostiniana sobre la Caridad. In: AUGUSTINUS, V. XXI, n. 83-84, Jul/Dic, 1976, pp.243.

299. Conf. XIII, 38.

300. Ibid., nota 289.

301. “Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus”. Mt 5,9

Trata-se, antes de tudo, de um domínio de si. Agostinho tem presente, ao longo de sua explanação, que existe uma ordem interna, segundo a qual, as concupiscências precisam ser vencidas, para se conseguir a paz.

As bem-aventuranças são propostas, que Jesus oferece ao homem para que ele atinja a felicidade, que consiste em reconhecer o primado de Deus sobre a criação. Por isso, para o Doutor da Graça, só é feliz quem vive unido a Deus.

“A causa, pois, da felicidade daqueles é estarem unidos a Deus. Por isso, a causa da miséria destes devemos entender, ao contrário, que será o não estarem unidos com Deus. Se, por conseguinte, quando se pergunta por que são miseráveis estes, se responde: Por não estarem unidos a Deus e, quando se pergunta por que são felizes aqueles, se responde: Por estarem unidos a Deus, somente Deus é o bem que torna feliz a criatura racional ou intelectual”³⁰².

A paz das bem-aventuranças assegura uma liberdade interior, que garante a paz do homem consigo mesmo. Paz que vem através da adesão da sua inteligência à Inteligência Superior, sem a qual não haveria a primeira, pois ela é a criadora de todas. Do reconhecimento da Sabedoria Eterna, emana o domínio que o homem possui sobre todo o universo. O Santo Teólogo tem certeza de que o ser humano só consegue governar bem se, primeiro, tem controle sobre si mesmo. E isso, para acontecer, precisa, por sua vez, da comunhão com Deus³⁰³. Para Santo Agostinho, somente o homem reconciliado com Deus consegue manter o controle sobre si.

A pacificação externa que a bem-aventurança apregoa, começa no interior do coração humano. A paternidade de Deus se expressa pela maneira como os seus filhos amam a paz conseguida pela vitória sobre as paixões. Assim, o Hiponense denomina de *'pacifici'*³⁰⁴ quem vence constantemente as paixões e, deste modo, consegue manter a ordem, que representa o controle da razão sobre as tendências desordenadas que procuram, a todo custo, escravizar o ser humano, sufocando a sua liberdade interior. Quando se perde essa, em concomitância, se

302. De Civ. Dei, XII,1.2.

303.Cf. CORTESI, Alessandro. La Beatitudine Della Pace in S. Agostin pastore (parte I). In: VITA SOCIALE, n.266, 1995,p.174.

304.De S. Dom I,2.9. In: Opere Esetiche, V. X/2, Roma, Città Nuova, 1997 “...Pacifici autem in semet ipsis sunt, qui omnes animi sui motus componentes et subicientes rationi, id est menti et spiritui, carnalesque concupiscentias habentes edomitas fiunt regnum Dei, in quo ita sunt ordinata omnia, ut id quod est in homine praecipuum et excellens, hoc imperet ceteris non reluctantibus, quae sunt nobis bestiisque communia, atque id ipsum quod excellit in homine, id est mens et ratio subiciatur potiori, quod est ipsa est ipsa veritas unigenitus Dei Filius. Neque enim imperare inferioribus potest, nisi superiori se ipse subiciat. Et haec est pax quae datur in terra hominibus bonae voluntatis”.

perde a dignidade de filho. O Doutor da Graça, quando comenta a sétima bem-aventurança, faz uma ponte entre a paz e a filiação divina. Para alcançar o estado de pacificação, o homem se sujeita a Deus, que é o mentor da ordem natural do universo.

Nas bem-aventuranças, existe um trinômio de compreensão: ordem – paz – filiação. A semelhança dos filhos com o pai acontece mediante a preservação da ordem, que, por sua vez, resguarda a liberdade interior para agir pela via da razão. No entanto, Agostinho reitera, na sua obra *De Libero arbítrio*, que o homem precisa da luz do alto para viver sua liberdade, pois, pela desobediência, tornou-se vulnerável, incapaz de discernir sozinho entre o bem e o mal. Na bem-aventurança “*beati pacifici, quoniam ipsi filii Dei vocabuntur*”³⁰⁵, a paz, para Agostinho, apresenta-se como algo que distingue os filhos de Deus. De fato, *pacifici* denota uma situação de pacificação, sobretudo interior, mas que repercute no exterior, pois se torna um testemunho de filiação divina. Quem ama e promove a paz participa da própria vida de Deus. Assim, como os filhos de natureza biológica lembram os pais pelos seus traços físicos, os filhos de Deus refletem a paz que brota da vida de comunhão com Ele. A paz, neste contexto, é prerrogativa, condição e, ao mesmo tempo, recompensa. Ser filho de Deus significa também ser promotor da paz³⁰⁶.

“Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus”³⁰⁷. A paz não é apenas um qualitativo dos filhos; ela é um compromisso e uma missão. É necessário promovê-la, através do testemunho da solidariedade cristã, criando e incentivando o desenvolvimento de uma cultura da paz.

Na homilia de Natal³⁰⁸, Agostinho aborda o tema da paz, visto em prisma cristológico. A encarnação do Filho de Deus é apresentada como evento salvífico de reconciliação do gênero humano com Deus. A vinda de Jesus é o fator de paz. Nele, o homem recupera a união com Deus, e isto representa a paz. Nesta circunstância, o Santo da África retoma o salmo 84, quando o salmista aborda o

305. Mt 5,9.

306. Cf. ARMOGATHE, Jean-Robert. Elementi per una teologia della giusta pace. In: IL NUOVO AREÓPAGO, V. 1, n.4, Anno 14, 1995, p.45.

307. Nota 305.

308. Serm 185,3. “Iustificati igitur ex fide, pacem habeamus ad Deum per Dominum nostrum Iesum Christum; per quem et accessum habemus in gratiam istam, in qua stamus, et gloriamur in spe gloriae Dei. His, fratres, quae mecum recognoscitis, paucis apostolicis verbis, pauca verba psalmi huius admiscere delectat, et consonantiam reperire. Iustificati ex fide, pacem habemus ad Deum: quia iustitia et pax osculatae sunt invicem”.

tema da paz, na perspectiva da justiça. Somente o homem justificado pela fé em Cristo pode gozar, verdadeiramente, da paz. Aliás, paz na justiça, para o Santo Pastor, é o estado daquele que foi regenerado por Cristo.

Essa foi a missão do Verbo: reatar os laços de comunhão entre criatura e Criador, que a desobediência do primeiro casal fizera perder. Cristo é a paz por excelência, pois Ele é o único caminho, através do qual, a humanidade pode recobrar a paz, na união com Deus³⁰⁹. Enquanto o pecado não for eliminado e o homem redimido, a paz não reinará.

Nosso Autor vislumbra, na letra do hino, que os anjos cantaram na noite de Natal o itinerário da paz: “Glória a Deus no alto dos céus e paz na terra aos homens de boa vontade”³¹⁰. No Deus glorificado, o homem vive em paz. Do reconhecimento da Soberania Divina brota a paz para todos os que têm boa vontade: aqueles que são humildes e simples, capazes de acolher o dom de Deus, que está contido no mistério da Encarnação.

O Hiponense enfatiza que a justificação do homem em Cristo leva à glorificação de Deus, pois nEle está a causa e a origem da salvação. De fato, no cântico dos mensageiros divinos, encontra-se uma ordem que remete ao Criador. Deus precisa ocupar a primazia sobre a criação. Nenhum bem pode se antepor ao amor de Deus.

Ao comentar o canto dos anjos, o Teólogo da Graça ressalta, também, a idéia da paz como sendo um dom do alto. O homem, por certo, será protagonista da paz, quando glorificar a Deus com a sua vida. E quem outorga essa glorificação de Deus é o Filho, que assumiu a natureza humana. O ser humano, dividido e debilitado pelas conseqüências do pecado, é incapaz de reconstruir a paz sem o auxílio do Verbo Encarnado. Cristo é o mediador da paz e, ao mesmo tempo, Ele é a paz que a humanidade anseia. Sua vinda à terra é fonte de esperança e prerrogativa de paz para quem o acolhe com a obediência da fé.

No discurso 357, sobre o tema do louvor à paz³¹¹, Agostinho convida os seus ouvintes a fazer da paz um motivo para louvar a Deus. A paz não é somente intrínseca, ela é, também, extrínseca; pois se manifesta nas relações

309. Cf. CLARK, Mary T. Agustín y la Unidad. In: AUGUSTINUS, V. XXXIV, n. 135-136, Jul/Dic, 1989, p. 300.

310. Lc 1,14.

311. Cf. Serm 357,2.3 : “De laudes pacis”.

interpessoais³¹². E, para possuir a paz, é necessário amá-la. O Nosso Teólogo afirma que o amor à paz predispõe o coração do homem no empenho por esta. A paz é tão fascinante e contagiante que, quanto mais se possui, mais se sente o desejo que ela cresça: e assim, realmente, acontece. Para ilustrar o desenvolvimento da paz, Agostinho cita o episódio da multiplicação dos pães³¹³. Segundo o estudioso Remo Piccolomini³¹⁴, ele compara a paz ao pão repartido pelos apóstolos, que saciou a multidão faminta que desfalecia pelo caminho.

O Sábio Pastor descreve, também, neste texto, como a paz é acessível ao gênero humano. Para conseguir qualquer bem terreno, o ser humano faz diversos esforços e sacrifícios e, às vezes, chega, ao final da vida sem nenhum sucesso. Já, o bem da paz, é fácil adquiri-lo, basta que o ame. A paz vem ao encontro daqueles que a desejam, sem nenhuma fadiga.

“Tem quem ama a honra, o poder. Quantos cidadãos aspiram ao poder! Porém, muitos chegam ao último dia da vida sem alcançá-lo. Agora, que preço terá aquele bem que se pode possuir se apenas o ama? Adquirir a paz não tem preço. Não se deve procurar um advogado para consegui-lo. Eis que ele se encontra onde se está: basta que se ame a paz, e essa vem instantaneamente”³¹⁵.

Outro aspecto frisado por Santo Agostinho, neste discurso, é a responsabilidade que os cidadãos têm na difusão da paz, inclusive com aqueles que são considerados inimigos da fé³¹⁶. O Doutor da Graça lembra que eles devem vivê-la intensamente, consigo mesmo e com os outros. O amor pela paz se expressa no empenho e na solicitude em inflamar a todos o apreço pela paz.

O Pastor de Hipona apregoa que não é suficiente amar a paz, mesmo que essa seja a primeira atitude para possuí-la. É necessário que, sempre movidos por esse amor, os amantes da paz procurem, por todos os meios e sem medir esforços,

312. Cf. En. In. Salmos 147,15: Santo Agostinho acredita que a paz é algo tão suave e doce ao coração humano, que é compartilhada na amizade, na família e no trabalho. Ela abrange todas as dimensões humanas.

313. “Pax autem illi Panis similis est, qui in manibus discipulorum Domini frangendo et dando crescebat”. Mt 14; Mc 6; Lc 9; Jo 6; Serm 357,2.

314.Cf. PICCOLOMINI, Remo. La pace Il libro XIX de la città di Dio. Roma, Citta Nuova, 2000, p.40.

315.Serm.,357,2: “Amat honorem, amat potestam. Quanti homines potestatibus accipiendis privati suspirant? Et plerumque ante illos occupat ultimus dies, quam perveniant ad Il quod amant. Quanti ergo constat, quod cum amaveris, habebis? Non pretio quaeris quod amas; non ambulas ad patronum, per quem pervenias. Ecce ubi stas, ama pacem, et tecum est quod amas”.

316.Cf. De S. Dom, II,24.78. Alusão aos heréticos, que segundo Agostinho precisavam encontrar a verdadeira paz através do testemunho daqueles que crêem. A paz crista é como um fruto bom que brota do verdadeiro conhecimento de Cristo e que depois os crentes irradiam.

trabalhar para que, no mundo, não só cresça o amor pela paz, mas aumente também o número daqueles que a difundem. Assim, a paz torna-se algo comum a toda humanidade, que sinalizará a unidade que deve reinar entre os filhos de Deus. A paz, que todos amam e possuem, é a mesma, já que a paternidade de Deus é universal.

A idéia de paz como desejo que unifica a humanidade é retomada por Santo Agostinho no discurso 204³¹⁷. Nesta circunstância, ele alude a Cristo como operador de paz, através do seu sacrifício na cruz. Para o Santo Teólogo, Cristo realizou a união dos pagãos e dos judeus que, embora vivessem próximos, eram inimigos, já que professavam suas crenças em modo diverso³¹⁸. O povo eleito adorava e prestava culto a um Único Deus. Os pagãos adoravam vários deuses. Assim, havia discórdias e divisões entre estes dois povos, que tornavam o caminho rumo à paz tortuoso e sombrio. Em Cristo, realizou-se a reconciliação que constituiu, em primeiro plano, o reatamento da comunhão com Deus e, depois, estabeleceu a união entre judeus e pagãos³¹⁹.

Santo Agostinho enfatiza, neste discurso, que a paz é fruto, sobretudo, da adesão que se faz a Deus e ao seu projeto de redenção, cuja expressão maior é a Cruz. Cristo veio ao mundo para unificar a humanidade dividida e dispersa. O Bispo de Hipona exemplifica essa realidade usando o episódio da adoração dos magos, como se vê a seguir:

“Porque Ele veio com a paz para aqueles que estavam longe, bem como a paz para aqueles que estavam próximos, os pastores israelitas, estando vizinhos, O veneraram no mesmo dia em que Cristo nasceu, e O viram e exultaram. Ao invés, os pagãos, sendo de longe, chegaram, encontraram e O adoraram depois de alguns dias”³²⁰.

317.Cf. Serm 204.

318. Cf. PERETTO, Elio., op. cit., pp.314-315.

319. “Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro de separação e suprimindo em sua carne a inimizade a lei dos mandamentos expressa em preceitos a fim de criar em si mesmo um só Homem Novo, estabelecendo a paz, e de reconciliar a ambos com Deus em um só corpo, por meio da cruz, na qual ele matou a inimizade. Assim, ele veio e anunciou paz a vós que estáveis longe e paz aos que estavam perto, pois, por meio dele, nós, judeus e gentios, num só Espírito, temos acesso junto ao Pai”. Ef 2,14-18.

320. Serm 204,2: ”Quia ergo pax venerat eis qui erant longe, et pax eis qui prope, pastores, Israelitae, tamquam prope inventi, eo die quo natus est Christus ad eum venerunt, viderunt et exultaverunt; Magi autem, Gentiles, tamquam longe inventi, tot diebus interpositis ex illo quo natus est, hodie pervenerunt, invenerunt, adoraverunt”.

Movidos pelo mesmo espírito de fé, tanto os pastores, representantes do povo de Israel, quanto os magos do Oriente, representantes dos pagãos, foram encontrar Jesus e, assim, foi anunciada a vinda de Cristo à terra, pedra angular que edifica e sustenta a paz, entre ambos.

No discurso 25, o Pastor de Hipona trata da paz no âmbito interno do homem que, em meio à guerra travada contra as paixões desordenadas, esforça-se por conservar a tranquilidade do coração. Este é, realmente, o drama do ser humano que deseja possuir a paz, vendo-se cercado pelas investidas do mal. A guerra que existe dentro do homem apresenta-se mais forte do que as guerras externas³²¹. Nosso Autor afirma que a luta que se trava no íntimo do ser humano constitui a principal ameaça para a paz.

“Não vivemos, talvez, em dias maus? Em si mesmo, a prescindir aqueles que sofrem por causa dos homens maus em meio aos quais se vive. Assim, também em si mesmo, do momento que se existe. Voltemos atenção para si mesmo e, entrando em si, se examinado atentamente. Dentro de si encontrará dias maus. Não se quer a guerra, mas a paz. Quem não tem este desejo? Mesmo detestando toda guerra e querendo toda a paz, também aquele que vive na justiça, se volta atenção, encontra em si mesmo a guerra”³²².

Apesar deste espírito de luta constante, Agostinho incita todos a procurarem a paz³²³. Servindo-se das palavras do apóstolo Paulo, ele também afirma que a paz, que a humanidade tanto almeja, está em Cristo. Ele é a paz verdadeira, que preenche o vazio deixado pelas decepções das promessas de paz que o mundo oferece³²⁴.

A paz apregoada pelo Santo Teólogo, neste discurso, pode ser encontrada apenas em Cristo morto e ressuscitado dentre os mortos, que está sentado à direita

321. Cf. ANDRES, Laureano.op. cit., p.140.

322. Serm 25,4: “Inveniunt in se dies malignos. Bellum nolunt, pacem volunt Et quis non? Et cum omnes bellum nolint et omnes pacem velint, revocat ad se oculos et qui iuste vivit, et bellum in se invenit. Quaere a me quod bellum... Ecce homo quaerit a me quod bellum in se patiat iustus... Loquatur Apostolus: caro concupiscit adversus spiritum, et spiritus adversus carnem”.

323.Cf. Serm 25,7.“Tu qui volebas vitam, aut vis vitam et dies bonos... quam optamus omnes et in ista carnis mortalitate, et in ista carnis fragilitate, et in ista mendacissima vanitate. Omnes pacem quaerite pacem, et sequere eam”.

324. De Civ. Dei, XXI,16: Aqui, Santo Agostinho tem presente aqueles projetos que visam à paz sem o mistério da Encarnação do Filho de Deus. As propostas políticas que se fundamentam apenas na transformação das estruturas externas.

de Deus Pai³²⁵. Por isso, Agostinho afirma que o caminho do homem sobre a terra é difícil, porque o desejo da paz que ele traz consigo, não pode ser plenamente realizado neste mundo. Todavia, essa verdade não deve anular o trabalho do homem aqui na terra, para que se goze, já, de certa tranquilidade que, embora imperfeita, é um dom de Cristo.

2.3.3 Comentário aos salmos

Quando o Santo Teólogo comenta o salmo 84, ele identifica a paz como um estado de ausência de combate em relação às paixões³²⁶. Porém, ele reconhece que, nesta peregrinação terrena, ninguém goza desse tipo de paz, nem mesmo os justos, pois eles estão sujeitos às intempéries das paixões.

O Santo da África sabe, perfeitamente, que, se a paz fosse simplesmente ausência de forças que se contrapõem, ela não poderia concretizar-se neste mundo, já que até a vida dos santos prova, pelas suas lutas internas e externas, que a paz definitiva não é possível nesta vida. De fato, as solicitações, tanto de ordem material, quanto espiritual, demonstram que a terra é um campo de constantes batalhas³²⁷. Diante dessa realidade, o Doutor de Hipona afirma que a paz é escatológica, pois se identifica com o estado em que Deus passará a reinar completamente no interior dos corações. Assim, a paz reinará entre os membros da Jerusalém celeste, pois Deus preencherá todas as suas necessidades³²⁸. O Hiponense tem consciência de que a chamada ‘paz’ deste mundo é imperfeita, porque ela está sempre sujeita às turbulências da natureza humana. Ela não é absoluta, nem eterna.

325. “Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus”. Col 3, 1.

326. En In. Psalmos 84,10. “Quem não queria desejar aquela cidade na qual os amigos nunca se separam e na qual os inimigos não entram? Onde não tem tentador, nenhum revolucionário, nem quem semeia discórdia entre o povo de Deus, nem quem atormenti a Igreja porque serve o demônio... Então, entre os filhos de Deus a paz será perfeita!”.

327. Cf. MEIS, Annelise. Paz y violência segun San Agustín. De Civitate Dei XIX,10-17. In. TEOLOGIA Y VIDA, 1984, p.50.

328. De Civ. Dei XIX,10: “Ai se encontrarão todos os dons da natureza, bens eternos não apenas para a alma, curada pela sabedoria, mas também para o corpo, renovado pela ressurreição. Ai as virtudes não lutarão contra os vícios ou contra os males, mas, como premio de sua vitória, possuirão eterna paz, não turbada por inimigo algum”.

Neste comentário agostiniano, a paz também se identifica com a vida eterna. Deus será, no fim, a máxima paz a que todos tendem nesta vida, mas não podem gozá-la plenamente, aqui³²⁹. A paz verdadeira e duradoura é superior a qualquer bem que o homem possa usufruir neste mundo. Sobressai que a terra não oferece possibilidade de paz perfeita.

Santo Agostinho faz, no versículo 12 do Salmo 84, uma estreita ligação entre a paz e a justiça³³⁰. Para ele, os homens demonstram que amam e procuram a paz com sinceridade, quando praticam a justiça. Aliás, esta é posta como condição para se possuir a paz. Neste contexto, justiça significa reconhecer os limites da própria natureza humana, que é imperfeita. Para o Santo Teólogo, só quem se volta para Deus com contrição e se abre à experiência do perdão e da justificação, que é obra do mesmo Deus, torna-se justo³³¹. No entanto, a justiça se desenvolve nas relações humanas. Por isso, o Teólogo Hiponense alude a um conjunto de atitudes, que o homem deve evitar para manter-se no caminho da justiça, que assegura a paz³³². Na concepção de Agostinho, o adultério e o roubo são inimigos da justiça e, por conseguinte, da paz. A reincidência em adultério e em roubo expressa que, nem sempre a justiça é praticada, embora se ame a paz³³³.

Na opinião de Moisés Maria Campelo³³⁴, para o Doutor da Graça, paz e justiça fazem parte da ordem natural estabelecida por Deus. Paz e justiça são separadas pela arbitrariedade dos homens. Assim, quando se pretende amar a paz e se despreza a justiça, torna-se mais difícil a conquista da paz. Deste modo, surge a desordem na vida pessoal e comunitária. Para o Teólogo da África, viver na justiça é andar pelo caminho do bem³³⁵. Realmente, justiça é sinônimo do bem por excelência, que é Deus. Dele provêm todos os bens. E dentre eles, se destaca o bem da paz.

329. En. In. Psalmos 124,10. "Se ergo videns pacem, hoc est videns Deum; merito et Deus ipse est pax. Ergo quia Christus Filius Dei pax est, ideo venit colligere suos, et secernere ab iniquis. A quibus iniquis? Qui oderunt Ierusalem, qui oderunt pacem, qui volunt conscidere unitatem, qui non credunt paci, qui falsam pacem pronuntiant in populo, et non illam habent.

330. Cf. Ibidem 84,12.

331. Cf. De Civ. Dei, XX,6.1

332. Cf. TORRE, Angel Sánchez. Lãs virtudes Cívicas em el pensamiento de San Agustín de Hipona. AUGUSTINIANA, V. XXXVI, 1993, pp.881-883.

333. Cf. Nota 248. Paz aqui no sentido de tranqüilidade e bem-estar pessoal, desconectado de qualquer compromisso com o bem-comum.

334. Cf. CAMPELO, Moises Maria., op. cit., p.444

335. De Trin VIII,6,9: "Alma justa é aquela que, rege sua vida e seus costumes segundo as normas da ciência e da razão, e dá a cada um o que é seu".

Neste salmo 84, Santo Agostinho ressalta que a conduta moral reta é uma prerrogativa da paz. A paz não é algo abstrato, nem tampouco um desejo desencarnado da vida. Ela lança luz sobre a história, mesmo tendo presente que sua consumação será na eternidade³³⁶. Já, no salmo 147, o Hiponense vê um convite para amar a paz³³⁷. O louvor da paz remete, constantemente, para aquela pátria, onde a paz será definitiva. Porém, enquanto se caminha neste mundo, não se pode contemplar, de modo perfeito, a paz; a não ser com os olhos do coração. Agostinho admite que se possa louvar e amar a paz, porém esse louvor só será pleno, quando contemplarmos Aquele que é a paz: Deus.

O amor à paz, nesta vida, é o distintivo, a característica que identifica, agora, os futuros membros da Jerusalém do alto. Por isso, o Santo de Hipona recomenda aos seus ouvintes cultivar o desejo pela paz e buscá-la intensamente³³⁸. Suas exortações não visam apenas uma paz individual. Ele incentivava também o cultivo da paz familiar e social. Para isto, é preciso evitar qualquer juízo negativo sobre o próximo e o mundo. Fazendo uma referência explícita aos hereges, o Hiponense afirma que eles jamais possuirão a paz, pois são incapazes de conservá-la³³⁹.

No comentário que o Pastor de Hipona faz deste salmo 147, a paz é abordada na perspectiva da esperança. Neste exílio, o homem geme e anela à paz, evidenciando que, em seu íntimo, há uma sede desta. O Pastor da África, porém, entende este desejo de paz como equivalente à sede de justiça. Ambas, como ele já dissera no comentário ao salmo 84, andam juntas e serão saciadas somente na pátria celeste. Quem realizará este anseio será Deus.

336. Cf. En. In. Salmos, 84, 10. 9

337.En. In. Salmos, 147,15.14. In: Esposizioni sui Salmi, V.XXVIII,Roma, Città Nuova,1977:“Multum delectamur, quando clamat de cordibus vestris pacis dilectio. Quomodo vos delectavit? Nihil exposueram; versum pronuntiavi, et exclamastis. Quid de vobis clamavit? Dilectio pacis. Quid ostendi oculis vestris? Unde clamatis, si non amatis? Unde amatis, si non videtis? Invisibilis est pax. Quis est oculus quo visa est, ut amaretur? Neque enim acclamaretur, nisi amaretur... Hanc quam nominatam sic amatis et diligitis, ipsam sectamini, ipsam desiderate; ipsam in domo, ipsam in negotio, ipsam in uxoriis, ipsam in filiis, ipsam in servis, ipsam in amitis ipsam in inimicis”.

338.Cf. GALLICET, Ezio. Pax Babylonis, pax nostra, pax finalis: La pace in Agostino.In. Atti del Convegno Nazionale di Studi su la pace nel mondo antico, Torino, 1990. p.306.

339.En. In. Salmos, 147,16.18. Para Santo Agostinho, todo herege é inimigo da verdade, pois prefere o caminho da falsidade e da mentira. Daí trabalha em favor da guerra e não da paz, porque fora da verdade não há paz.

Santo Agostinho faz também referência à paz no seu comentário ao salmo 121³⁴⁰, partindo da oração que os peregrinos faziam junto à porta da cidade de Jerusalém. Eles rogavam a paz não só para si, mas para seus irmãos e vizinhos: “Por meus irmãos e meus amigos eu desejo: a paz esteja contigo”³⁴¹.

O Santo de Hipona comenta este salmo, associando a paz à caridade. Para ele, a força de uma cidade reside no amor. Desse amor jorra a misericórdia que os habitantes de Jerusalém devem praticar para obterem a paz. A caridade, que Agostinho aponta nesta circunstância, consiste na solidariedade com os que sofrem, socorrendo-os em suas necessidades materiais. Tanto assim, que para exemplificar essa situação, ele cita as palavras de Paulo:

“Se eu falasse a língua dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, serei como bronze que soa e como címbalo que tina (...). Ainda que distribuísse todos os meus bens aos famintos; ainda que entregasse meu corpo às chamas, se não tivesse amor, isso nada me adiantaria”³⁴².

O amor é a força que promove e sustenta a paz. O Serafim de Hipona afirma que, onde não há amor, a paz não é possível, pois ela é construída sob o alicerce da caridade fraterna³⁴³.

Outro dado importante, que sobressai desse comentário, é que a esperança da paz do homem, que vive da fé, está ancorada no amor. De fato, quem é conduzido pelos preceitos da caridade cristã contribui para que a paz resplandeça neste mundo através do serviço ao próximo.

Agostinho enfatiza que todos aqueles, que buscam a paz, devem fazê-lo visando, não só a si mesmos, mas também àqueles que lhe são caros³⁴⁴. A solicitude pela paz do próximo, movida pelo amor, é sustentada pela paz individual. A paz social origina-se da caridade e esta, por sua vez, tem sua fonte de inspiração no amor pelo templo sediado em Jerusalém³⁴⁵. O amor ao templo,

340.Cf. En. In Psalmos 121.In: Esposizioni sui Salmi, V.XXVIII, Roma, Città Nuova,1977

341.Sal 121,8.

342. I Cor 13, 1. 3.

343. Cf.LOPEZ, Alberto Lee. Concepto Agustiniiano de la paz y su función historiográfica. In: FRANCISCANUM, n.12, Ano IV, Sep\Dic, 1962, p.11.

344. En. In. Psalmos, 121,13-14:“Propter meos, inquit, et propinquos meos, ioquebar autem pacem de te. O Ierusalem, civitas cuius participatio in idipsum, ego in hac vita et in hac terra, ego pauper, peregrinus et gemes, nondum perfruens pace tua, et praedicans pacem tuam; non propter me illam praedico, sicut haeretici, qui quaerentes gloriam suam dicunt: “Pax vobis cum”... Propter domum Domini Dei, quaesivi bona tibi “.

345. “Alegrei-me quando me disseram: “Vamos à casa de Iahveh! “Nossos passos já se detêm às tuas portas, Jerusalém!... Peda a paz para Jerusalém: “Que tuas tendas repousem, haja paz em

que era o centro da vida política e social do Povo de Israel, é apresentado pelo Doutor Africano no Salmo 21, como fonte vivificante e irradiadora de paz.

2.3.4 No epistolário

Na carta a Bonifácio, chefe militar³⁴⁶, o Hiponense indica algumas motivações que devem acompanhar aqueles que ingressam nas fileiras da vida militar e para os quais não pode faltar o empenho pela paz. Daí empenho deriva do preceito evangélico, sobre o qual o Pastor de Hipona insiste nesta carta e define como ponto diretriz de toda atividade militar: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”³⁴⁷. Seguindo essa máxima lei da caridade evangélica, os militares poderão vencer os ímpetus da violência e contribuir para a justa paz dos cidadãos. A função do militar somente tem sentido em um contexto de apreço à paz³⁴⁸. Se o militar se deixa levar pelo apego às armas, sua missão deixa de ter sentido, pois seu trabalho principal deve ser em função da paz e não da guerra.

Para Agostinho, a vocação à vida militar pode, muito bem, ser conciliada com a vida cristã³⁴⁹. Aliás, esta última oferece estímulo para que os militares cumpram seus deveres, infundindo-lhes sentimentos de humanidade e compaixão para com seus semelhantes³⁵⁰. Ainda que sejam inimigos de combate, são irmãos; pois têm o mesmo Pai, Deus.

Santo Agostinho justifica a vida militar, fazendo uso do exemplo da vida do rei Davi, que, apesar de pertencer ao povo eleito, exerceu atividades de guerreiro e defensor do mesmo Israel, em muitos momentos críticos da sua história³⁵¹. O

346. Epist.189. In:Le Lettere, V. XXI/2, Roma, Città Nuova,1969: “Hoc ergo primum cogita, quando armaris ad pugnam, quia virtus tua etiam ipsa corporalis donum Dei est. Sic enim cogitabis de dono Dei non facere contra Deum. Fides enim quando promittitur, etiam hosti servanda est contra quem bellum geritur; quanto magis amico pro quo pugnatur”.

347. Lc 10,27.

348. Con. Faust XXII,75.“Interest enim quibus causis quibusque auctoribus homines gerenda bella suscipiant: ordo tamen ille naturalis mortulium paci accommodatus hoc poscit, ut suscipiendi belli autoritas atque consilium penes principem sit; exsequendi autem iussa bellica ministerium milites debeant pacis salutique communi”.

349. De Cor. Mil. XI. In. Opera Tertulliani. Mèquignon-Havard, Editorem,1929. Santo Agostinho tem uma visão diferente de alguns escritores eclesiásticos dos primeiros séculos, como Tertuliano, que condenava a atividade militar, por ser contrária aos princípios cristãos, pois favorecia a violência e o derramamento de sangue. Tertuliano assegurava que a vocação do militar é incompatível com a vida crista, pois, Cristo não exerceu essa função.

350.Cf. RUGGIERO, F. I volti della pace: Testi dall’Epistolario di Agostino d Ippona. Roma, Città Nuova , 1999,p.63.

351. Epist., 89,4: “Noli existimare neminem Deo placere posse, qui in armis bellicis militat. In his erat sanctus David, cui Dominus tam magnum perhibuit testimonium: in his etiam plurimi illius

Santo Teólogo também faz alusão aos numerosos encontros de Jesus e João Batista com vários personagens que pertenciam ao mundo militar, como por exemplo, com os centuriões e simples soldados³⁵².

Na mensagem evangélica, ressoa um apelo de paz. Se os militares se abrem à fé, eles farão de sua função um instrumento para se adquirir a paz, mesmo que, por vezes, tenham que recorrer à guerra. Para Nosso Autor, a vida militar só tem sentido posta em relação com a paz. Por isso, o soldado cristão tem consciência que sua força não está só nas armas e estratégias militares, mas no poder de Deus que dá a vitória para aqueles que creem nEle e em sua misericórdia³⁵³. A guerra, para estes, não é um capricho da vontade de dominar o adversário, nem um desejo desordenado pela glória. O que, realmente promove o seu desempenho é o desejo de estabelecer a paz perdida pelas investidas destruidoras do inimigo³⁵⁴. O Deus, ao qual os militares cristãos aderiram pela fé, tem pensamentos de paz e não de guerra. Esta última é sempre uma necessidade provocada pelo orgulho e ambição de alguns que desejam se sobrepor, injustamente, com o uso da violência, para satisfazer suas ânsias de poder e domínio. Por isso, o Santo da África declara, nesta carta, que o estado normal da sociedade é aquela da paz, e não da guerra.

Em outra carta, dirigida ao governador da África, Dário, investido de uma missão de paz³⁵⁵, o Pastor Hiponense recorda a ele, o preceito evangélico: “Felizes os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus”³⁵⁶. Neste trecho da carta, o Hiponense reafirma a importância do trabalho pela paz. A guerra deve ser o último recurso empregado para se obter a paz. O Teólogo da Graça destaca o diálogo como caminho de reconciliação e de paz.

temporis iusti. In his erat et ille Centurio qui Domino dixit: Non sum dignus ut intres sub tectum meum... In his erat et ille Cornelius ad quem missus angelus dixit: Corneli, acceptae sunt eleemosynae tuae, et exaudita sunt orationes tuae... In his erant et illi qui baptizandi cum venissent ad Ioannem, sanctum Domini praecursorem et amicum sponsi...”

352. “Ora, um centurião tinha um servo a quem prezava e que estava doente, à morte; Tendo ouvido falar de Jesus, enviou-lhe alguns dos anciãos dos judeus para pedir-lhe que fosse salvar o servo. Estes, chegando a Jesus, rogavam-lhe insistentemente: “Ele é digno de que lhe concedas isso, pois ama nossa nação, e até nos construí a sinagoga...” Luc 7,1-10.

353. Cf. RUGGIERO, F. op. cit., pp.64-65.

354. Epist., 189,6: “Beati enim pacifici, ait Dominus, quoniam ipsi filii Dei vocabuntur. Si autem pax humana tam dulcis est pro temporali salute mortalium, quanto est dulcior pax divina pro aeterna salute angelorum ! Itaque hostem pugnans necessitas perimat, non voluntas. Sicut rebellanti et resistenti violentia redditur, ita victo vel capto misericordia iam debetur, maxime in quo pacis perturbatio non timetur”.

355. Epit. 229,1. In: Le Lettere, V. XXII, Roma, Città Nuova, 1971-1996: “Hanc faciem tuam et in Sancto Evangelio, et nos, et tu ipse, propitio Deo, tamquam in speculo laetissimus inspicias, ubi scriptum est a veritate dicente: Beati pacifici; quoniam filii Dei vocabuntur”.

356. Mt 5,9.

Um dado importante é que esta carta é dirigida a um governador que tem a missão de proteger e salvaguardar a paz em seu território. Também, nesta circunstância, o Doutor da Unidade exalta o valor da ação militar, mas de uma nação que, intimidada pelas necessidades impostas pelo inimigo, se dispõe ao uso das armas para garantir a tranquilidade e a segurança da sociedade. No entanto, o Doutor da Graça não deixa de enfatizar que existem outros caminhos para se obter a paz, sem que se tenha que apelar ao recurso da guerra. Ele sabe que as guerras, ainda que conservem o caráter de necessidade extrema e sejam movidas por ideais de paz, trazem sempre mortes e destruições nas mais variadas formas³⁵⁷.

Mesmo que os militares estejam imbuídos de sentimento de compaixão e misericórdia em respeito aos seus adversários e aos colegas de combate, isso não evita o derramamento de sangue, inclusive de inocentes³⁵⁸. O Sábio Teólogo declara que a paz alcançada pela guerra é acompanhada de lágrimas provocadas pelas paixões violentas, que são inflamadas durante as batalhas. Para ele, é sempre melhor eliminar a guerra como meio para alcançar a paz, pois essa sempre traz consigo consequências dolorosas, que provocam lágrimas e lamentações a todos aqueles que estão envolvidos.

Santo Agostinho lembra a Dário que a sua missão de pacificar é mais divina que humana, já que trata de garantir e assegurar algo que é vital para o bem-estar do seu povo: a paz. Deus o escolheu para promover e defender a paz, por isso não deve desistir de cumprir os seus deveres de governante. Deus corrobora a recompensa pelos árduos ofícios de sua missão.

Na carta 155³⁵⁹, Agostinho diz, expressamente, que a finalidade do Estado é promover a concórdia, identificada com a paz terrena. E isso só se realizará, quando aqueles que dirigem os destinos da cidade se esforçarem em favor do bem-comum. Para o Doutor da Graça, o Estado autêntico é aquele constituído por um conglomerado de pessoas que vivem em concórdia. Convém lembrar, no entanto, que o Estado será sempre aquilo que forem seus cidadãos.

357.Cf. GRASSI, Onorato. Note sul realismo político. In: *Città di Vita*, Anno XVI, n.4, Luglio/Agosto, 1961, p. 51.

358. *De Civ. Dei*, XIX,7: A população civil não está ilesa aos estragos da guerra. As consequências trágicas de um conflito atingem a todos, os que combatem em favor da paz e também aqueles que o fazem injustamente

359.Cf. *Epist.* 155,3. 10. In: *Le Lettere*, V. XXII, Roma, Città Nuova, 1971-1996.

A paz é um bem necessário e indispensável da vida social, sem o qual não se pode experimentar a felicidade temporal³⁶⁰. Partindo desta perspectiva, o Santo Pastor recomenda aos responsáveis pelo governo das províncias que velem, não somente pelos bens materiais relacionados ao bem-estar corporal dos seus subordinados, mas igualmente tenham a preocupação de garantir que o culto ao Verdadeiro Deus seja praticado. Do contrário, não haverá piedade nem autêntica união entre os habitantes da cidade. A isso, Santo Agostinho chama de ‘reta ordem’, sem a qual não é possível alcançar a paz temporal³⁶¹.

Outro aspecto, ao qual o Hiponense faz referência nesta carta, é que a paz une os sábios e os ignorantes, favorecendo a confluência das camadas sociais. De fato, o anseio da paz diminui a distância e o isolamento destes segmentos da sociedade. Essa realidade tem uma dimensão escatológica, pois já remete àquela união perfeita, que se realizará na pátria celeste, quando se cumprirá o desejo do salmista: “O meu bem é estar unido a Deus”³⁶².

Quando o Estado trabalha em favor da concórdia e da paz na perspectiva de Agostinho, não pode perder de vista que o bem-estar e a felicidade dos homens, inclusive a sua, encontram-se em Deus. Somente ancorado nesta fé, se obtém a fortaleza de ânimo para superar os obstáculos e as provações desta vida, que se interpõem à realização da ordenada concórdia social³⁶³. Por isso, Santo Agostinho exorta:

“Já vêes, pois, a Quem é preciso pedir o que todos desejam, doutos e ignorantes, e que muitos, por ignorância ou soberba, não sabem a quem se deve pedir e como se obter (...). Peçamos, pois, a Deus, nosso Senhor, o qual nos criou, seja a força para vencermos as maldades desta vida, seja a felicidade a ser gozada na sua eternidade, depois da presente vida, a fim de que, tanto pela virtude como pelo prêmio da virtude”³⁶⁴.

360. De Civ. Dei, XIX,11:“E tão nobre bem é a paz, que mesmo entre as coisas terrenas e mortais nada existe mais grato ao ouvido, nem mais desejável ao desejo, nem superior em excelência. Abrigo a convicção de que, se me detivesse um pouco a falar dele, não seria oneroso aos leitores, tanto pelo fim da cidade de que tratamos como pela doçura da paz, ansiada por todos”.

361.Cf. PERRINI, Matteo. La visione agostiniana della storia e della città Política.In. HUMANITAS,Anno XXXII,n.1,Gennaio,1977, p.13.

362. Sal 72, 28.

363. COCCIA, Antonio. L’ideale Agostiniano di una giusta società umana. In. CITTA DI VITA, Anno XVIII, n. 3, Magg-Giug,1963,p.315.

364. Epist.,155 :“Cernis igitur unde petendum sit quod omnes docti indoctique desiderant, et multi errando ac superbiendo, unde petatur et ubi accipiatur ignorant... Ac per hoc a Domino Deo nostro a quo facti sumus, et virtutem petamus qua huius vitae mala superemus, et beatam vitam qua post istam vitam in eius aeternitate perfruamur, ut et in virtute et in praemio virtutis...”

O cristão impregnado pela fé e pela esperança na promessa de Deus suporta com fortaleza e serenidade as suas próprias misérias e a de seus semelhantes³⁶⁵. Ele crê, resolutamente, que caminha em direção a uma vida feliz e eterna, prêmio reservado àqueles que se empenham com obstinada determinação em cumprir a Vontade de Deus durante a peregrinação terrena. Desse modo, dá testemunho que paz provém da obediência à lei Divina. Para o Doutor Africano, o ser humano não dispõe de outra alternativa. Em meio a um mundo confuso e desorientado, a adesão aos preceitos da Lei de Deus é a única via que assegura certo gozo, ainda que incompleto, daquela paz que constitui a Lei Suprema e o deleite sem fim da Jerusalém do alto.

“...Aos servos de Deus, quer sejam reis quer sejam príncipes, ricos ou pobres, livres ou escravos, de qualquer sexo, é mandado que tolerem, se necessário, essa republica ainda péssima e dissolutíssima. Manda-se-lhes, além disso, que por essa tolerância conquistem lugar bastante glorioso na muito santa e muito augusta corte dos anjos, na republica celeste, em que a lei é a vontade de Deus”³⁶⁶.

A esperança de fruir a paz definitiva para o Teólogo de Hipona renova a paciência e o espírito de tolerância dos membros da cidade celeste que, independentemente, de posição social, trabalham e lutam em prol da paz e da concórdia. Toleram, com paciência e heroísmo, os males do tempo presente e suas lutas interiores para restabelecer a ordem na cidade terrestre a partir de si mesmos, pois esta não se limita a uma harmonia de conotação meramente externa. Ela tem, como ponto de partida, o homem, que deve vencer seus apegos e apetites soberbos. Por isso, para ser implantada, requer um esforço contínuo e uma esperança inquebrantável. Todavia, trata-se de uma esperança ativa, que não se confunde com resignação ou conformismo, porque suscita coragem e responsabilidade diante do tempestuoso caminho da Paz. O pensamento sobre a paz da cidade do céu infunde consolação em meio às provas da vida. A esse respeito é muito significativo o que escreveu Santo Agostinho no seu comentário ao Evangelho de São João:

“Esta paz não se encontra sujeita aos limites do tempo, mais será o fim de toda nossa santa intenção e ação. E é em vista desta paz, que nós somos instruídos com seus

365. Cf. De Civ. Dei, I, 11.

366. Ibidem .II, 19.

sacramentos, que crescemos na escola de suas admiráveis obras e palavras, que temos recebido o penhor de seu Espírito.... Esta paz nos consola em toda dificuldade e nos liberta de toda tribulação; em vista desta paz sustentamos corajosamente toda prova e nela, livres de toda perturbação, felizes reinaremos”³⁶⁷.

Nesta citação, vislumbra-se também a missão da Igreja como mistério e sacramento de paz. Com efeito, através da celebração dos sacramentos, a comunidade cristã perpetua e atualiza a obra da Redenção, reconcilia os homens com Deus e o próximo, pressuposto imprescindível da paz³⁶⁸. Como mistério de comunhão, a Igreja reforça os laços de fraternidade e solidariedade entre as pessoas e os povos, pois sua missão é universal. O mistério da reconciliação com Deus comporta a paz entre todos os membros do Corpo de Cristo. Assim, todo corpo reconciliado passa a cooperar para a realização da paz³⁶⁹. A paz da Nova Aliança inaugurada pelo sangue de Cristo é, para o Doutor da Paz, sobretudo religiosa, todavia se expande na vida civil, cultural e social. A Igreja, quando celebra a eucaristia, tem consciência de que o Senhor Jesus morto e ressuscitado, Pão Vivo e Verdadeiro, é a vida que renova o mundo³⁷⁰, fonte de coragem e esperança na árdua tarefa da construção da paz na Cidade terrena e prelúdio da paz na Cidade celeste.

367. In Joan. Ev. CIV, 1. In: *Commento al Vangelo e alla prima epistola di S. Giovanni*, V. XXIV-1, Roma, Citta Nuova, 2004.

368. De Trin. IV,9.10

369. VODOPIVEC, Giovanni. *La Chiesa- Sacramento della pace*. In: *Atti del Simposio fra le Università Ecclesiastiche e gli istituti di studi superiori di Roma*, Roma, Herder, 1986, p.668.

370. “O pão que eu darei é a minha carne para a vida do mundo”. Jo 6,51.